

DOCUMENTO DEL BANCO INTERAMERICANO DE DESARROLLO

BRASIL

**PROGRAMA DE RECALIFICACIÓN Y RESILIENCIA URBANA EN ZONAS DE
VULNERABILIDAD SOCIOAMBIENTAL**

(BR-L1609)

PERFIL DE PROYECTO

Este documento fue preparado por el equipo compuesto por: Jesús Navarrete (CSD/HUD) Jefe de Equipo; Tiago Pena (INE/WSA), Clementine Tribouillard (CSD/HUD) Jefes de Equipo Alterno; Martín Soulier, Ana Cristina García, Sofía del Castillo, Roberta Faria, Maria Villota, Silvia Pérez y Dianela Ávila (CSD/HUD); Julia Ciancio (CSD/RND); Rosangela Bando y Jorge Franco (SPD/SDV); Guillermo Eschoyez (LEG/SGO); Julio Rojas, Alejandra Catacoli, y Raimon Porta (VPS/ESG); María Cristina Mac Dowell (IFD/FMM); Leise Estevanato y David Salazar (FMP/CBR); Wesley Bazilio, Higor Gomes y Juliana Arruda (CSC/CBR).

De conformidad con la Política de Acceso a Información, el presente documento está sujeto a divulgación pública.

PERFIL DE PROJETO

BRASIL

I. DADOS BÁSICOS

Nome do Projeto:	Programa de Requalificação e Resiliência Urbana em Áreas de Vulnerabilidade Socioambiental do Recife - (ProMorar Recife)		
Número de Projeto:	BR-L1609		
Equipe de Projeto:	Jesús Navarrete (CSD/HUD) Chefe de Equipe; Tiago Pena (INE/WSA), Clementine Tribouillard (CSD/HUD) Chefes de Equipe Adjunto; Martín Soulier, Ana Cristina García, Sofía del Castillo, Roberta Faria, Maria Villota, Silvia Pérez y Dianela Ávila (CSD/HUD); Julia Ciancio (CSD/RND); Rosangela Bando y Jorge Franco (SPD/SDV); Guillermo Eschoyez (LEG/SGO); Julio Rojas, Alejandra Catacoli, y Raimon Porta (VPS/ESG); María Cristina Mac Dowell (IFD/FMM); Leise Estevanato y David Salazar (FMP/CBR); Wesley Bazilio, Higor Gomes y Juliana Arruda (CSC/CBR).		
Modalidade do empréstimo:	Programa de Investimento de Obras Múltiplas		
Mutuário:	Município de Recife		
Órgão Executor:	Município de Recife, por meio do Gabinete de Projetos Especiais		
Fiador:	República Federativa do Brasil		
Plano Financeiro:	BID (Capital Ordinário - CO):	US\$	260.000.000
	Local:	US\$	65.000.000
	Total:	US\$	325.000.000
Quadro de Política Ambiental e Social:	Classificação:	"A"	
	PSAS ativados:	PSAS 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10	

II. JUSTIFICATIVA GERAL E OBJETIVOS

- 2.1 A Prefeitura Municipal do Recife (PMR) solicitou ao Banco apoio na melhoria das condições de habitabilidade da população que vive em áreas de maior vulnerabilidade socioambiental do Recife no contexto das recentes catástrofes naturais ocorridas na cidade. Para este efeito, o Banco propõe a estruturação de um programa de investimento de obras múltiplas, cujo mutuário será a Prefeitura Municipal do Recife no Estado de Pernambuco.
- 2.2 **Antecedentes.** A cidade do Recife é a nona capital mais populosa do país e a terceira do Nordeste, com população estimada em 1.661.017 habitantes em

- 2021¹. Apesar disso, ela é uma das menores em extensão territorial do país, com 218,4 km². Seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,77, o que a situa na posição 210 entre os municípios do Brasil². Além disso, é a capital com o maior nível de desigualdade, com um coeficiente de Gini de 0,69 em comparação com 0,49 a nível nacional³.
- 2.3 Seu território, considerado totalmente urbano é dividido em seis Regiões Político-Administrativas (RPA) formadas por 94 bairros. Em 67 destes bairros, identifica-se o rendimento menor que a média do Município do Recife (R\$983,86)⁴, os quais são ocupados integral ou parcialmente por territórios denominados Comunidades de Interesse Social (CIS)⁵. Em 2014 o estudo das condições urbanas da cidade, o “Atlas de Infraestrutura e Comunidades de Interesse Social do Recife⁶” identificou que as áreas vulneráveis representavam cerca de 20% da área total, e quase 30% da área construída do município. Nestas áreas, foram identificadas 545 CIS, que reúnem mais de 50% da população da cidade.
- 2.4 **Crescimento Urbano Desordenado e Habitações inadequadas.** O processo de crescimento da cidade deu-se, em grande parte, de modo desordenado e informal devido ao rápido crescimento da cidade, falta de instrumentos de gestão urbana e baixa oferta de moradias acessíveis para população de baixa renda⁷. Por consequência, de acordo com o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) de 2021⁸, 56% das residências na cidade não têm acesso à rede de esgoto sanitário e, no contexto da drenagem urbana, o sistema existente é insuficiente e está constantemente sobrecarregado em razão do despejo de esgoto sanitário em locais indevidos e do descarte irregular de lixo urbano⁹. Além disso, de acordo com o Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS)¹⁰, nas Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) estão localizados apenas 11,36% dos equipamentos de Assistência Social, 20,98% dos equipamentos de Educação e 28,52% dos equipamentos de Saúde; adicionalmente, 55% das ZEIS não possuem creches públicas, dificultando o acesso de mulheres ao mercado de trabalho.
- 2.5 Segundo PLHIS, em 2017, a estimativa de déficit habitacional na cidade foi de 71.160 domicílios (17,6%), com projeção de aumento até 2037. Com relação à carência de infraestrutura (água, esgoto, acesso seguro) foram identificadas 127.868 unidades. Ademais, 57.329 domicílios estão em situação fundiária irregular, 13.198 habitações foram consideradas excessivamente adensadas e 7.628 unidades habitacionais não possuem banheiro exclusivo. Em contraposição ao alto déficit habitacional, Recife apresenta 8,5% dos seus domicílios particulares

¹ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

² O país conta atualmente com 5.568 municípios. IBGE.

³ IBGE, 2019.

⁴ Censo 2010, IBGE.

⁵ As CIS são áreas relativamente homogêneas, caracterizadas pela concentração de população de baixa renda, carência de infraestrutura urbana, especialmente saneamento básico, e com precariedade de suas habitações.

⁶ Disponível em: <https://planodiretor.recife.pe.gov.br/material-de-referencia>

⁷ Nogueira, 2019.

⁸ [Diagnósticos SNIS 2021/2022 – Tabelas0 – informações e indicadores](#) – Compesa.

⁹ Orientada pelo Plano Diretor de Drenagem e Manejo de Águas Pluviais (2015).

¹⁰ Disponível em: <https://conselhodacidade.recife.pe.gov.br>

desocupados, totalizando 34.411 habitações vagas¹¹. Neste sentido, é evidente a necessidade de melhorar as condições de habitabilidade das moradias existentes, fornecendo infraestrutura básica às habitações e reduzindo sua exposição à riscos de desastres, ou ainda oferecer a seus moradores diferentes opções de moradias a preços acessíveis para controlar a criação de novos assentamentos informais.

- 2.6 **Alta Vulnerabilidade Urbana e Social.** Segundo o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, Recife é a capital brasileira mais ameaçada pelo avanço do nível do mar, situando-se na 16ª posição entre as cidades do mundo. O problema é exacerbado pela sua geografia e padrão de ocupação já que importantes segmentos da população se radicaram em áreas expostas a inundações periódicas ou a deslizamento de terra, como exemplo, cerca de 11% da população do Recife reside na zona costeira¹². A população que ocupa, de forma irregular, as margens dos três principais rios da cidade (Tejipió, Jiquiá e Moxotó) tendem a sofrer inundações. Além disso, existem habitações vulneráveis construídas nas partes mais íngremes e de solos instáveis da cidade.
- 2.7 A baixa resiliência urbana foi lamentavelmente comprovada no mês de maio de 2022, quando o município declarou emergência devido às fortes chuvas que alcançaram a cidade. O volume das chuvas atingiu 686mm, enquanto a média anterior era de 328,9mm, segundo a Agência Pernambucana de Águas e Clima. No período entre 24 ao 30 do maio de 2022, as intensas chuvas provocaram deslizamentos que ocasionaram 55 vítimas fatais, além do alagamento de grande parte do município, deixando aproximadamente 4.000 recifenses desabrigados, mais de 800 pessoas desalojadas, cerca de 1.500 imóveis danificados. Isto impactou particularmente aos moradores das CIS, onde ocorreram as maiores inundações e deslizamentos de terra¹³.
- 2.8 Os riscos tenderão a continuar e se agravarem. Estima-se que as mudanças climáticas não apenas aumentarão o nível do mar¹⁴, mas também intensificarão os eventos extremos, como maiores e mais frequentes inundações devido à intensificação das chuvas e pela impossibilidade de os rios desaguarem no mar e aumento de deslizamentos de terra devido à saturação que essas precipitações produzirão no solo. Assim, estima-se que haverá mais pessoas afetadas enfrentando riscos de desastres e que estão atualmente expostas aos impactos do aumento das inundações¹⁵. Portanto, considera-se necessária a adaptação dos rios e suas várzeas, bem como ações de estabilização de encostas para reduzir o risco devendo ser realizadas ações de reassentamento quando o risco for muito alto.
- 2.9 Extremos climáticos têm efeitos especialmente danosos para as mulheres e agravam ainda mais as desigualdades presentes na cidade. Em Recife, as mulheres são mais pobres (63%) ou vivem em extrema pobreza (63%) comparado

¹¹ [Censo 2010, IBGE.](#)

¹² Análise de riscos e vulnerabilidades climáticas e estratégia de adaptação do município do Recife. Resumo para tomadores de decisão. CAF, WCARBON, ICLEI (2019).

¹³ Dados da Prefeitura do Recife.

¹⁴ O cenário otimista modelado por Costa et al. (2010), indica que para uma elevação do nível do mar de 0,5 m, 25,38 km² de áreas costeiras do Recife serão potencialmente inundadas.

¹⁵ [Análise de riscos e vulnerabilidades climáticas e estratégia de adaptação do município do Recife.](#) (pg. 22 e 23) Resumo para tomadores de decisão. CAF, WCARBON, ICLEI (2019).

com os homens (37%)¹⁶. Da mesma forma, 31,6% dos domicílios na cidade são chefiados por mulheres, residindo principalmente nas áreas mais vulneráveis da cidade¹⁷ o que tende a limitar sua autonomia econômica e aumentar a carga doméstica¹⁸. Considerando o conceito de interseccionalidade, são as mulheres negras que residem nas CIS que representam a maior taxa de trabalho informal ou doméstico¹⁹. Também, as pessoas indígenas, afrodescendentes, lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e intersexuais (LGBTQ+) e Pessoas com Deficiência (PcD) vivem em condições de risco pessoal e social²⁰ tornando-os mais vulneráveis a desastres naturais. Dados verificados em outros países mostram que é provável que eles se tornem desabrigados ou sejam discriminados pelos serviços de emergência ou de saúde²¹.

- 2.10 **Debilidades Institucionais.** Dentre os problemas institucionais enfrentados, destacam-se a falta de instrumentos de planejamento integrados e a necessidade de modernizar os processos de gestão internos. Em relação a carência dos instrumentos de planejamento, destaca-se o setor urbano e habitacional da cidade, o qual possui um Plano Municipal de Habitação desatualizado, e bases de dado desarticuladas (como o cadastro de famílias interessadas em programas habitacionais) ou inexistentes (como para a regularização fundiária). Além disto, mesmo com os atuais e recorrentes desastres observados na cidade (alagamentos, enchentes, enxurradas, deslizamento de encostas)²², a Prefeitura possui apenas 3 dos instrumentos de planejamento de risco²³ dentre os 9 recomendados pelo IBGE.
- 2.11 As informações requeridas para uma gestão urbana adequada (incluindo mapas temáticos, cadastros físicos e fiscais etc.) produzidos por diversos setores da Prefeitura, encontram-se atualmente dispersos e são de difícil acesso. Esta desarticulação, ocasionada pela falta de coordenação entre os setores relevantes e pela ausência de instrumental moderno que integre as informações²⁴, prejudica a capacidade municipal de gerir seu crescimento urbano, e implementar os programas sociais e as intervenções de caráter multisetorial. Deste modo, a Prefeitura requer soluções tecnológicas e metodológicas de gestão integrada de informações, como plataformas de interoperabilidade, que permitam otimizar a capacidade operacional e de planejamento, além de um sistema de monitoramento e controle urbano que permita gerenciar riscos e mitigar os impactos decorrentes de desastres climáticos, principalmente nas áreas mais vulneráveis aos riscos derivados dos eventos climáticos extremos e outras

¹⁶ Prefeitura Municipal do Recife. Abril de 2022.

¹⁷ Recife 500. [Plano Estratégico de Longo Prazo para o Desenvolvimento da Cidade](#). Organizador: Agência Recife de Inovação e Estratégia – ARIES, 2. ed. revisada e atualizada (2022). (Mapa da página 89).

¹⁸ Idem.

¹⁹ Agência Brasil 2022.

²⁰ Recife 500. [Plano Estratégico de Longo Prazo para o Desenvolvimento da Cidade](#). Organizador: Agência Recife de Inovação e Estratégia – ARIES, 2. ed. revisada e atualizada (2022).

²¹ Niranjana, A. 2022. Porque a mudança climática atinge mais as mulheres.

²² IBGE, MUNIC, 2020.

²³ Os instrumentos são: plano diretor, lei de uso e ocupação do solo, lei específica, que contemplem a prevenção de enchentes ou inundações graduais ou enxurradas bruscas e deslizamento de encostas; plano municipal de redução de riscos; carta geotécnica de aptidão à urbanização; e plano de implantação de obras e serviços para redução de riscos de desastres (IBGE, MUNIC, 2020).

²⁴ Para apoiar no diagnóstico das debilidades dos instrumentos de gestão atualmente o Banco apoia a Prefeitura com a Cooperação Técnica BR-T1496.

situações que ameacem a população mais vulnerável da cidade. Além disso, estima-se que, apesar de sua experiência anterior em executar projetos com financiamento externo, devido ao porte e diversidade dos investimentos a Prefeitura necessitará de apoio técnico especializado para a execução da presente operação.

- 2.12 **Enfoque do Programa.** O principal problema a ser tratado pelo programa são as precárias condições de habitabilidade em que vivem a população que reside nas áreas de maior vulnerabilidade socioambiental na cidade do Recife. Estas condições estão associadas, principalmente, a três fatores: (i) precariedade da infraestrutura e de serviços urbanos e sociais das habitações situadas nas áreas mais carentes da cidade; (ii) exposição destas áreas aos desastres naturais e impactos das mudanças climáticas; e (iii) debilidades institucionais da prefeitura relacionadas ao planejamento urbano, habitacional e à gestão de riscos socioambientais.
- 2.13 **Alinhamento Estratégico.** O programa é compatível com as prioridades estratégicas do Banco presentes na Segunda Atualização da Estratégia Institucional (AB-3190-2) e contribuirá com o Quadro de Resultados Corporativos 2020 – 2023 (GN-2727-12) através dos desafios de desenvolvimento de: (i) Inclusão Social e Igualdade, ao melhorar as condições de habitabilidade da população de baixa renda; e (ii) Produtividade e Inovação, ao promover a adoção de ferramentas tecnológicas modernas para o planejamento urbano e à gestão de riscos. Também se alinha com os seguintes temas transversais: (i) Gênero e Desigualdade, ao promover ações com perspectiva de gênero e inclusão social; (ii) Mudanças Climáticas e Sustentabilidade Ambiental, ao melhorar a resiliência climática e diminuir a exposição da cidade a desastres naturais; e (iii) Capacidade Institucional e Estado de Direito, ao fortalecer as capacidades da prefeitura para planejar e manejar riscos urbanos e de desastres naturais. Também é consistente com as metas estratégicas de médio prazo da Visão 2025 (AB-3266) de promover ao progresso social e fortalecer as instituições, ao incrementar o acesso da população de baixos ingressos a infraestrutura urbana resiliente, equipamentos e serviços urbanos e sociais, e a programas produtivos, ao reduzir os riscos por inundações e por deslizamentos de terra, e ao promover a modernização da prefeitura. O Programa também se alinha com duas prioridades de inversão da Visão 2025: mudança climática e gênero. Além disso, o programa contribuirá com a Estratégia de país do BID com Brasil 2019-2022 (GN-2973), especificamente com o pilar de redução das desigualdades sociais e de oportunidades ao implementar políticas eficientes para reduzir o déficit habitacional, melhorar a integração social e produtiva e construir um governo mais efetivo. Também se relaciona com os temas transversais de gênero e mudança climática como mencionado anteriormente. Finalmente, o Programa se alinha com o Marco Setoriais de Habitação e Desenvolvimento Urbano (GN-2732-11) ao melhorar bairros informais, promover o acesso a habitação adequada, aumentar os espaços públicos seguros, a promoção da resiliência ante desastres naturais e a mudança climática e a promoção da governança urbana adequada.
- 2.14 **Objetivos do Programa.** O objetivo geral do programa é contribuir com a melhoria das condições de habitabilidade da população que vive em áreas de maior vulnerabilidade socioambiental na cidade do Recife. Especificamente, visa: (i) incrementar o acesso a infraestrutura urbana resiliente, a equipamentos e

serviços urbanos e sociais, e a programas produtivos; (ii) reduzir os riscos por inundações e por deslizamentos de terra, considerando critérios de resiliência climática; e (iii) promover o fortalecimento institucional e modernização da prefeitura, visando aumentar a eficácia das ações de planejamento urbano, habitacional e de gestão de riscos ambientais e climáticos. Para alcançar estes objetivos o programa se estrutura nos seguintes componentes.

- 2.15 **Componente 1. Urbanização Integrada (BID: US\$128 milhões; Contrapartida Local: US\$32 milhões).** Financiará intervenções integradas em CIS prioritárias, implementando: (i) infraestrutura e equipamentos urbanos e sociais resilientes; (ii) serviços sociais e programas produtivos; (iii) regularização fundiária; (iv) melhorias em habitações individuais; (v) reassentamento de famílias em situação de risco de inundações ou deslizamentos de terra; e (vi) obras complementares de engenharia civil para garantir a segurança e a sustentabilidade ambiental da comunidade. Este componente financiará serviços de consultoria para a elaboração de estudos técnicos, projetos executivos e outros, execução e supervisão dos projetos integrados. As atividades presentes neste componente serão realizadas considerando a perspectiva de inclusão de gênero e diversidade e incorporando soluções que contribuam com a resiliência urbana frente às mudanças climáticas.
- 2.16 **Componente 2. Infraestrutura Resiliente (BID: US\$116 milhões; Contrapartida Local: US\$29 milhões).** Financiará projetos de macrodrenagem nos rios Tejipió, Jiquiá e Moxotó previstos no Plano Diretor de Drenagem Urbana do município e em estudos recentes da Prefeitura. Neste contexto, incluirá: (i) a reconfiguração de seções dos rios; (ii) a construção de parques lineares que atuarão como zonas de amortecimento durante eventos extremos, ciclovias e outras medidas de proteção e controle de ocupação destas áreas; e (iii) o reassentamento de famílias em situação de risco nas áreas de influência destes rios. Além disso, financiará obras de contenção de encostas classificadas como de risco alto e muito alto²⁵ que, quando possível, incluirão a implantação de áreas de lazer para garantir a sua sustentabilidade socioambiental. O componente financiará os estudos técnicos, desenho de projetos, execução e supervisão das obras, as quais incorporarão soluções para à resiliência urbana. Todos os projetos desenhados e executados no marco desta operação seguirão como devida diligência a Metodologia de Avaliação de Desastres Naturais e Mudanças Climáticas do BID.
- 2.17 **Componente 3. Fortalecimento Institucional (BID: US\$4 milhões; Contrapartida Local: US\$1 milhão).** Contempla: (i) a modernização dos instrumentos de planejamento e gestão urbana, incluindo o desenvolvimento e promoção de soluções inovadoras de acesso à moradia; (ii) a criação de um sistema de dados unificado que compreenda informações urbanas, ambientais, sociais e habitacionais do município; (iii) sistema de gestão e monitoramento das ameaças climáticas e geofísicas afim de, entre outras funções, permitir a emissão de alertas antecipados de eventos extremos; e (iv) o apoio à implantação de novas ferramentas tecnológicas para um melhor planejamento e controle das obras municipais, incluindo a capacitação de funcionários envolvidos com o seu uso.

²⁵ A Defesa Civil da cidade do Recife classifica os riscos em quatro níveis, sendo os de grau 3 e 4 riscos alto e muito alto, respectivamente.

- 2.18 **Administração do Programa (BID: US\$12 milhões; Contrapartida Local: US\$3 milhões).** Cobrirá os custos de administração e avaliação do Programa, incluindo: (i) criação e equipamento da Unidade de Gestão do Programa (UGP); (ii) consultoria de apoio especializado técnico, ambiental e social para a elaboração dos projetos e a documentação socioambiental a implementar pela UGP; e (iii) custos de avaliações e auditoria. O programa prevê a realização de avaliações intermediária e final, a qual incluirá avaliações econômica ex post e de impacto.
- 2.19 **Beneficiários.** O programa beneficiará prioritariamente a população de baixa renda residente em áreas vulneráveis no Município de Recife. As ações propostas visam proporcionar a segurança e a consolidação da população dessas áreas, assegurando a melhoria das condições físicas e sociais nas áreas beneficiadas, além de promover atividades de atenção a grupos vulneráveis e de geração de renda.
- 2.20 **Resultados Previstos.** Os principais resultados esperados desta operação são: (i) requalificação urbana integrada de 50 CIS; (ii) reassentamento de pelo menos 4.000 famílias em situação de risco de alagamento e deslizamento de terra; (iii) redução de 60% do volume de alagamento nas áreas de influência dos rios Tejipió, Jiquiá e Moxotó; (iv) mitigação do risco de deslizamento em 50% das encostas da cidade classificadas como de risco alto e muito alto; e (iv) implementação de pelo menos 3 instrumentos modernos de planejamento, gestão urbana e moradia acessível, monitoramento de ameaças climáticas com uso de novas tecnologias digitais.

III. ASPECTOS TÉCNICOS E CONHECIMENTO DO SECTOR

- 3.1 **Experiências do Banco no País.** O programa é construído sobre as capacidades desenvolvidas nos programas de desenvolvimento urbano financiados pelo Banco no Brasil. Alguns exemplos incluem o Programa Habitat-Brasil-IDB ([1126/OC-BR](#)), cujo objetivo foi resolver insuficiências habitacionais em assentamentos urbanos precários através de projetos integrados de urbanização. Este programa esteve alinhado a outras operações centradas na melhoria das condições urbanas e sociais de comunidades precárias. Entre eles destacam-se os programas de Urbanização de Assentamentos Populares do Rio de Janeiro (Favela Bairro I, [898/OC-BR](#), 1995-2001; Favela Bairro II, [1241/OC-BR](#), 2000-2006; Favela Bairro III, [2482/OC-BR](#), 2010-2019); o Programa João Pessoa Sustentável ([4444/OC-BR](#)), e o Programa de Requalificação Urbana da Região Oeste de Aracaju ([4736/OC-BR](#)), o PROCIDADES ([BR-L1043](#); [1960/OC-BR](#); [1961/OC-BR](#); [1986/OC-BR](#); [1990/OC-BR](#); [2054/OC-BR](#); [2121/OC-BR](#); [2246/OC-BR](#); [2320/OC-BR](#); [2752/OC-BR](#); [2751/OC-BR](#); [2999/OC-BR](#)), entre outros.
- 3.2 **Experiências do Banco na Região.** Os programas de habitação do Banco promovem intervenções que visam a inclusão sócio urbanística dos agregados familiares com o resto da cidade, trabalhando tanto à escala da unidade habitacional como do seu entorno. Alguns precedentes regionais são: no Chile, o Programa de Integração Urbana dos Acampamentos ([5313/OC-CH](#)); na Argentina, o PROMEB A I, II, III, IV e V ([AR-X1004](#)), o Programa de Integração Urbana e Inclusão Social e Educativa da Cidade Autônoma de Buenos Aires

([4303/OC-AR](#)), o Programa de Integração Urbana e Inclusão Social na Província de Buenos Aires ([4823/OC-AR](#)) e o Programa de Integração Urbana e Inclusão Social ([4804/OC-AR](#)); no Uruguai, o Programa de Melhoramento de Bairros I, II e III (UR-X1003); no Paraguai, o Programa de Melhoria Habitacional e do Habitat ([3538/OC-PR](#)) e o Programa de Reabilitação de Habitação e do Bañado Sur em Assunção (Barrio Tucumbú) ([4700/OC-PR](#)); entre outros.

- 3.3 Este programa se estruturará como um empréstimo de obras múltiplas, por um total de US\$325 milhões, dos quais US\$260 milhões provirão de um empréstimo de recursos do Capital Ordinário do Banco e US\$65 milhões de aporte de contrapartida. O prazo de desembolso será de seis anos. Esta modalidade se justifica uma vez as ações do programa terão características similares entre si – abordagem integral por área de intervenção, combinando obras físicas e serviços sociais - e intervenções típicas nos rios e encostas a serem protegidas. Para a adequada avaliação e dimensionamento do programa, será elaborada uma amostra para cada uma das tipologias de intervenção (CIS em áreas planas, CIS em encostas, projetos de macrodrenagem e de contenção de encostas), o que permitirá estabelecer os custos básicos de projetos e efetuar a análise econômica do programa. O Órgão Executor (OE) será a Prefeitura Municipal do Recife, através do Gabinete de projetos especiais, que conta com experiência em projetos com multilaterais. Para a execução contará com o apoio de uma UGP cuja conformação estará alinhada com os resultados da aplicação da Plataforma de Capacidade Institucional (PACI), para definir e orçar necessidades de assistência técnica especializada que facilitem a gestão eficiente do programa. A UGP contará com um Regulamento Operativo do Programa (ROP) em preparação para facilitar a execução do Programa.

IV. RISCOS AMBIENTAIS E ASPECTOS FIDUCIÁRIOS

- 4.1 De acordo com o Quadro (Marco) de Política Ambiental e Social do Banco (MPAS) e com base nas informações existentes, o Programa é classificado na **Categoria “A”**, porque as atividades a serem realizadas geram impactos ambientais e sociais negativos significativos ao incluir intervenções que têm como objetivo o reassentamento involuntário de um grande número de famílias (são calculadas 1.700 famílias para a amostra representativa e mais de 4.000 para o Programa). Em relação ao risco ambiental e social, este é considerado alto devido ao volume de reassentamento, pois a população que será reassentada apresenta condição de vulnerabilidade social e está localizada em áreas com alta exposição a desastres naturais, que são agravados pelo cenário de mudanças climáticas; ademais, as famílias estão localizadas em áreas não edificáveis ou restritas à proteção fluvial. Em maio de 2022, o Município enfrentou uma emergência devido às chuvas intensas que causaram deslizamentos de terra e inundações na cidade. Ainda, o OE não tem experiência prévia com a implementação de projetos sob a orientação do MPAS. Por fim, considera-se alto o risco de desastres naturais, pois a área de influência apresenta uma alta ameaça de inundação devido ao transbordamento do rio e à elevação do nível do mar. A criticidade e vulnerabilidade da infraestrutura é alta, com base no cubo de criticidade para habitação e desenvolvimento urbano, e moderada, com base no cubo de criticidade para água e saneamento. Todas as classificações mencionadas acima, bem como a magnitude dos impactos ambientais e sociais negativos esperados,

serão confirmadas por meio das avaliações a serem realizadas durante a devida diligência para os projetos da Amostra Representativa. Para atender aos requisitos estabelecidos no MPAS e, principalmente, aos estabelecidos nos 10 Padrões de Desempenho Ambiental e Social ([NDAS](#)), o OE deve implantar um Sistema de Gestão Ambiental e Social (SGAS) para o Programa, de acordo com as disposições da NDAS 1, o que inclui, entre outros, a elaboração de (i) um Estudo de Impacto Ambiental e Social (EIAS) e um Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS) para cada obra da Amostra Representativa do Programa a fim de atender às exigências do MPAS e do PDAS; (ii) Preparar um Quadro NDAS; (iii) uma Marco de Gestão Ambiental e Social (MGAS) para determinar as diretrizes para o desempenho ambiental e social adequadas para os projetos de fora da Amostra; e, (iii) um Plano de Reassentamento para as obras da Amostra e um Marco e Reassentamento para as obras não incluídas na Amostra. Está previsto um processo de consulta pública para os Projetos de Amostra de acordo com as disposições dos PDAS 5 e 10.

- 4.2 **Outros Riscos.** Se consideraram quatro riscos principais: dois de nível alto e dois médio-alto. O primeiro se relaciona com que se as famílias selecionadas para ser reassentadas devido às vulnerabilidades socioambientais da sua moradia apresentarem resistências a este processo poderia afetar os objetivos do programa. Para sua mitigação está previsto garantir a possibilidade de escolha entre diversas alternativas de reassentamento no âmbito de um plano de comunicação sólido. O segundo risco, considerado de nível alto, se refere a que se a unidade executora do programa não conta com as capacidades técnicas necessárias para realizar as contratações relacionadas às diferentes obras e serviços previstos nos componentes, dadas as complexidades tecnológicas e as necessárias interrelações interinstitucionais que implicam, poderiam verse afetados os objetivos específicos previstos pelo Programa. Para mitigá-lo está prevista a contratação de técnicos especialistas em diferentes áreas, ou inclusive de uma firma especializada, para que fortaleçam a unidade executora durante todo o período de execução do programa. O primeiro dos riscos de nível médio-alto se relaciona com que, se houvesse resistência por parte dos funcionários da Prefeitura de utilizar as novas ferramentas tecnológicas oferecidas pelo programa, não seria alcançada uma adequada apropriação das medidas de transformação digital requeridas para melhorar a eficiência da gestão. Para mitigá-lo, serão estabelecidas estratégias participativas nas decisões sobre as modernizações tecnológicas, implementando paralelamente atividades de treinamento, comunicação e conscientização. Finalmente, se identifico um risco macroeconômico / fiscal médio-alto relacionado com a capacidade fiscal do município para afrontar as necessidades de recursos de contrapartida. Si bem Recife atingiu recentemente a nota B na capacidade de Pagamento (CAPAG) logo de ter seu comportamento fiscal analisado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STP), o que credenciou para realizar operações de crédito em bancos internacionais, o Banco continuará monitorando a capacidade fiscal do Município e implementara medidas corretivas de ser necessárias.
- 4.3 **Sustentabilidade.** O programa visa garantir a sustentabilidade de suas ações mediante: (i) a construção ou implantação de áreas de uso comum (parques, ciclovias, infraestrutura esportiva, etc.) visando prevenir as reocupações das áreas intervenção; (ii) a promoção de estratégias para facilitar soluções habitacionais para a população de baixa renda; e (iii) a aplicação de novas

tecnologias à gestão urbana e para a geração de soluções habitacionais inovadoras. O programam atuará em estreita coordenação com os setores da prefeitura encarregadas da manutenção dos sistemas de saneamento, drenagem e outros relevantes, incluindo os serviços sociais, para que estas assumam a operação e manutenção das obras e serviços implantados. A UGP se propõe a realizar a articulação destes setores com as atividades do programa, oferecendo como contrapartida o fortalecimento necessário de suas estruturas. Ademais, com o investimento na modernização e capacitação da gestão pública, incluindo a criação de sistema gestão e monitoramento de riscos ambientais e climáticos, os serviços providos à população serão mais eficientes e confiáveis.

- 4.4 **Aspectos fiduciários.** Não se preveem exceções às políticas do Banco. A gestão financeira do programa se realizará de acordo com a Guia de Gestão Financeira para projetos financiados pelo BID (OP-273-12), a qual estabelece entre outras, as modalidades de desembolsos e as auditorias externas de informes financeiros do Programa, que serão acordados com o Banco.
- 4.5 **Reconhecimento Retroativo de Despesas.** O Banco pode financiar retroativamente, debitados aos recursos do empréstimo, despesas elegíveis incorridas pelo Mutuário antes da data de aprovação do empréstimo para estudos e projetos a serem implementados com recursos do empréstimo, e a execução de obras prioritárias de contenção de encostas e projetos de macrodrenagem elegíveis para o programa, até o montante de US\$8 milhões (3% do valor proposto do empréstimo), desde que cumpridos requisitos substancialmente semelhantes aos estabelecidos no contrato de empréstimo. As referidas despesas devem ter sido incorridas a partir da data de aprovação do Perfil do Projeto, mas em nenhum caso devem ser incluídas as despesas incorridas mais de 18 meses antes da data de aprovação do empréstimo.

V. RECURSOS E CRONOGRAMA DE PREPARAÇÃO

- 5.1 O Anexo V apresenta o cronograma de trabalho e os recursos requeridos para financiar a preparação do programa. Se prevê a distribuição do POD à Revisão de Qualidade e Risco (QRR) no 5 setembro de 2022, a distribuição do Rascunho da Proposta de Empréstimo ao Comitê de Políticas Operação (OPC) no 28 de setembro de 2022, e a aprovação pela Diretoria do Banco para o 30 de novembro de 2022. O total de recursos transacionais necessários para a preparação se estima em US\$108.852, principalmente para atividades de consultoria.

CONFIDENCIAL

¹ La información contenida en este Anexo es de carácter deliberativo, y por lo tanto confidencial, de conformidad con la excepción relativa a "Información Deliberativa" contemplada en el párrafo 4.1 (g) de la "Política de Acceso al Información" del Banco (Documento GN-1831-28).



E&S Screening Filter

Operation Information

Operation Name	
Urban Resilience and Requalification Program in areas of socio-environmental vulnerability - ProMorar Recife	
Operation Number	BR-L1609

Operation Details

Organizational Unit	IDB Sector/Subsector
CSD/HUD	
Type of Operation & Modality	Original IDB Amount
LON / GOM	\$260,000,000.00
Executing Agency	Borrower
BR-RECIFE	MUNICIPIO DE RECIFE
ESG Primary Team Member	Team Leader
Julio Andres Rojas Lara	Jesus Navarrete
Toolkit Completion Date	Author
08/08/2022	Catacoli Jimenez, Ruth Alejandra
Applicable ESPSS with requirements	
ESPS 1; ESPS 2; ESPS 3; ESPS 4; ESPS 5; ESPS 6; ESPS 7; ESPS 8; ESPS 9; ESPS 10	

Operation E&S Classification Summary

Environmental and Social Impact Categorization (ESIC)	A
Disaster and Climate Change Risk Classification (DCCRC)	High
Environmental and Social Risk Rating (ESRR)	High

Summary of Impacts / Risks and Potential Solutions

There are no contextual risks associated with the project (e.g. political instability, oppression of communities, armed forces in the project area).

The operation will not have direct impacts associated with child labor or forced labor in the workforce.

The operation will not have significant indirect and/or cumulative impacts associated with child labor or forced labor in the workforce.



E&S Screening Filter

The Executing Agency or other relevant entity (in relation to the operation) has a proven track record to respect and protect the fundamental principles and rights of workers (including fair treatment, commitment to non-discrimination, equal opportunity, protection of workers including workers in vulnerable situations, work accommodations, migrant workers' rights, collective bargaining and rights of association) and compliance with national employment and labor laws.

The operation will not result in the direct loss of employment (i.e. retrenchment).

The operation will not result in the indirect and/or cumulative loss of employment (i.e. retrenchment).

The Borrower will prepare and operate a Grievance Redress Mechanism for all workers (direct and contracted).

The operation will not cause indirect and/or cumulative impacts associated with accidents, injury, and disease arising from, associated with, or occurring in the course of work.

The operation will not promote a sustainable use of resources including energy, water and raw materials.

The operation will not have indirect and/or cumulative adverse impacts on human health and the environment due to pollution from project activities.

The operation will not have indirect and/or cumulative negative impacts to the environment and human health and safety due to the production, procurement, use, and disposal of hazardous materials such as PCBs, Radiological Waste, Mercury, CFCs, etc.

The operation will not have direct negative impacts to the environment and human health and safety due to the production, procurement, use, and disposal of pesticides.

The operation will not have indirect and/or cumulative negative impacts to the environment and human health and safety due to the production, procurement, use, and disposal of pesticides.

The operation is not expected to or currently produce directly GHG emissions.

The operation is not expected to or currently produce indirectly-cumulatively GHG emissions.

The operation is not considering alternatives to implement technically and financially feasible and cost-effective options to avoid or minimize project-related GHG emissions during the design and operation of the project.

The operation has no exposure to climate transition risks related with a loss of value of a project driven by the transition to a lower-carbon economy, result from extensive policy, legal, technology, and/or market changes to address climate change.

There are no indirect and/or cumulative health and safety risks associated with the design of structural elements or components of the operation (e.g. existing or new buildings, earthworks, bridges, drainage, roadways, power stations, transmission and distribution poles, underground utilities, and dams), and/or road transport activities (e.g. transport of heavy or over-sized equipment) which could result in health and safety impacts to third parties and project-affected people.

The project will not directly affect the public (including workers and their families) by exposing them to hazardous materials released by the project, particularly those that may be life threatening.



E&S Screening Filter

The project will not indirectly-cumulatively affect the public (including workers and their families) by exposing them to hazardous materials released by the project, particularly those that may be life threatening.

There is no potential for the project or project-related activities (e.g. the influx of temporary or permanent project labor, among others) to directly result in or exacerbate community exposure to water-related (i.e., waterborne, water-based, and vector-borne diseases) and/or communicable diseases (e.g. COVID).

There is no potential for the project or project-related activities (e.g. the influx of temporary or permanent project labor, among others) to indirectly-cumulatively result in or exacerbate community exposure to water-related (i.e., waterborne, water-based, and vector-borne diseases) and/or communicable diseases (e.g. COVID).

The project's direct impacts on priority ecosystem services will not result in adverse health and safety risks and impacts to the project-affected people.

The project's indirect and/or cumulative impacts on priority ecosystem services will not result in adverse health and safety risks and impacts to the project-affected people.

There is no potential direct impacts to workers and project-affected people related to the use or arrangement of security services to safeguard personnel and/or property.

There is no potential indirect and/or cumulative impacts to workers and project-affected people related to the use or arrangement of security services to safeguard personnel and/or property.

The project will not lead to indirect and/or cumulative impacts related to physical, and/or economic displacement - Impacts include, and are not limited to, relocation; expropriation; loss of shelter; loss of land; loss of assets; restrictions on land and natural resources; loss of income; loss of livelihoods; loss of social safety net.

Vulnerable people will not be disproportionately affected by indirect and/or cumulative impacts related to land acquisition - people may be considered vulnerable by virtue of disability, state of health, indigenous status, gender identity, sexual orientation, religion, race, color, ethnicity, age, language, political or other opinion, national or social origin, property, birth, economic disadvantage, or social condition. Other vulnerable people include the elderly, children, single-headed households, refugees, internally displaced persons, natural resource dependent communities.

The operation doesn't have the potential, including through the supply chain, to indirectly-cumulatively impact modified habitat that include significant biodiversity value.

The operation doesn't have the potential to directly convert or degrade natural habitat.

The operation doesn't have the potential, including through the supply chain, to indirectly-cumulatively convert or degrade natural habitat.

The operation doesn't have the direct potential to implement project activities in critical natural habitat.

The operation doesn't have the indirect and/or cumulative potential, including through the supply chain, to implement project activities in critical natural habitat.

The operation is not expected to directly impact a legally protected area or an internationally recognized



E&S Screening Filter

area.

The operation is not expected, including through the supply chain, to indirectly-cumulatively impact a legally protected area or an internationally recognized area.

The project will not directly introduce (intentionally or accidentally) alien, or non-native, species of flora and fauna that have the potential for invasive behavior in areas where they are not normally found.

The project will not indirectly-cumulatively, including through the supply chain, introduce (intentionally or accidentally) alien, or non-native, species of flora and fauna that have the potential for invasive behavior in areas where they are not normally found.

The project is not likely to adversely directly impact ecosystem services.

The project is not likely to adversely indirectly-cumulatively, including through the supply chain, impact ecosystem services.

The project is not expected to cause adverse indirect/cumulative impact on Indigenous Peoples.

Indigenous Peoples are not expected to be adversely impacted by direct project related land-acquisition or access restrictions. Note that all impacts on lands and natural resources subject to traditional ownership or under customary law requires FPIC.

Indigenous Peoples are not expected to be adversely impacted by indirect/cumulative project related land-acquisition or access restrictions. Note that all impacts on lands and natural resources subject to traditional ownership or under customary law requires FPIC.

The project doesn't have the potential to cause adverse direct impacts on Indigenous Peoples who live in isolation and initial contact.

The project doesn't have the potential to cause adverse indirect and/or cumulative impacts on Indigenous Peoples who live in isolation and initial contact.

The project is not expected to indirectly-cumulatively damage or negatively impact cultural heritage.

The project is not expected to directly damage or negatively impact critical cultural heritage.

The project is not expected to indirectly-cumulatively damage or negatively impact critical cultural heritage.

The project will not negatively directly affect people due to their gender, sexual orientation or gender identity.

The project will not negatively indirectly-cumulatively affect people due to their gender, sexual orientation or gender identity.

The project is not expected to lead to direct risks and impacts associated with Sexual and Gender-based Violence.

The project is not expected to lead to indirect and/or cumulative risks and impacts associated with Sexual and Gender-based Violence.

The project will not potentially face direct barriers to equitable gender-based participation.

The project will not potentially face indirect and/or cumulative barriers to equitable gender-based participation.

The project will not deal with a subject matter and/or be implemented in an area where the manipulation, interference, coercion, discrimination, and intimidation of stakeholders has been documented.

ESPS 1 - Assessment and Management of Environmental and Social Risks and Impacts

The Executing Agency will conduct an Environmental and Social Assessment (ESA) or Environmental and Social Impact Assessment (ESIA) process for the project during preparation.

The Executing Agency will prepare and maintain an Environmental and Social Management System (ESMS) for the operation as defined under ESPS 1.

The Borrower/Executing Agency's has moderate organizational capacity and competency for managing environmental and social issues.

ESPS 2 - Labor and Working Conditions

The Executing Agency will not prepare and maintain an Environmental and Social Management System (ESMS) for the operation with specific elements related to Labor and Working Conditions under ESPS 2.

The operation has the potential to cause minor direct impacts associated with accidents, injury, and disease arising from, associated with, or occurring in the course of work.

ESPS 3 - Resource Efficiency and Pollution Prevention

The operation will have moderate direct adverse impacts on human health and the environment due to pollution from project activities.

The operation will generate moderate direct impacts generated by solid waste (hazardous and/or non-hazardous).

The operation will generate moderate indirect and/or cumulative impacts generated by solid waste (hazardous and/or non-hazardous).

The operation will have minor direct negative impacts to the environment and human health and safety due to the production, procurement, use, and disposal of hazardous materials such as PCBs, Radiological Waste, Mercury, CFCs etc.

ESPS 4 - Community Health, Safety, and Security

There are moderate direct health and safety risks associated with the design of structural elements or components of the operation (e.g. existing or new buildings, earthworks, bridges, drainage, roadways, power stations, transmission and distribution poles, underground utilities, and dams), and/or road transport activities (e.g. transport of heavy or over-sized equipment) which could result in health and safety impacts to third parties and project-affected people.

There is significant potential for an emergency or unanticipated event to occur in the project area of influence that demands immediate action to prevent or reduce harm to people, property, and/or the environment.



E&S Screening Filter

Natural hazards, such as earthquakes, droughts, landslides, floods, wildfires, or others, including those caused or exacerbated by climate change, are likely to occur in the project area, and these may significantly impact the project, and/or the project may significantly exacerbate the risk from natural hazards to human life, property, and/or the environment.

ESPS 5 - Land Acquisition and Involuntary Resettlement

The project will lead to significant direct impacts related to physical, and/or economic displacement - Impacts include, and are not limited to, relocation; expropriation; loss of shelter; loss of land; loss of assets; restrictions on land and natural resources; loss of income; loss of livelihoods; loss of social safety net.

Vulnerable people may be disproportionately affected by minor direct impacts related to land acquisition - people may be considered vulnerable by virtue of disability, state of health, indigenous status, gender identity, sexual orientation, religion, race, color, ethnicity, age, language, political or other opinion, national or social origin, property, birth, economic disadvantage, or social condition. Other vulnerable people include the elderly, children, single-headed households, refugees, internally displaced persons, natural resource dependent communities.

ESPS 6 - Biodiversity Conservation and Sustainable Management of Living Natural Resources

The operation has the potential to minorly directly impact modified habitat that include significant biodiversity value.

ESPS 7 - Indigenous Peoples

The project has the potential to cause minor adverse direct impact on Indigenous Peoples. FPIC is required when there will be (i) impacts on lands and natural resources subject to traditional ownership or under customary use; (ii) Relocation of Indigenous Peoples from lands and natural resources subject to traditional ownership or under customary use; or (iii) significant impact on Cultural Heritage.

ESPS 8 - Cultural Heritage

The project has the potential to minorly directly damage or negatively impact cultural heritage.

ESPS 10 - Stakeholder Engagement and Information Disclosure

The Borrower will prepare a stakeholder engagement framework/plan for the lifetime of the program (including the equal participation of women and men and also take into account Indigenous Peoples, vulnerable groups when relevant).

The Borrower will engage in meaningful consultations and engagement with stakeholders which is free of manipulation, interference, coercion, discrimination, and intimidation.

The Borrower will operate a Grievance Redress Mechanism at the Project level (direct and contracted).



ESRR Report

Operation Information

Operation		
BR-L1609 Urban Resilience and Requalification Program in areas of socio-environmental vulnerability - ProMorar Recife		
Environmental and Social Impact Category	ESRR	
A	High	
Country	Executing Agency	
Brazil	BR-RECIFE	
Organizational Unit	IDB Sector/Subsector	
CSD/HUD		
Team Leader	ESG Primary Team Member	
JESUS NAVARRETE	JULIO ANDRES ROJAS LARA	
Type of Operation	Original IDB Amount	% Disbursed
LON	\$260,000,000.00	
Assessment Date	Author	
2022-08-08	Catacoli Jimenez, Ruth Alejandra (from Toolkit)	
Operation Cycle Stage	Completion Date	
ERM	2022-08-04	
QRR	2022-09-13	
Board Approval	2023-01-25	
Current Last Disbursement Expiration	No Date	
Safeguard Performance Rating		
Rationale		



ESRR Report

Risk Assessment

Cause	Value
Largely related to direct impacts of project footprint, and inherent sector risk including contribution to cumulative risks	High
Comments: The project will lead to significant direct impacts related to physical, and/or economic displacement - Impacts include, and are not limited to, relocation; expropriation; loss of shelter; loss of land; loss of assets; restrictions on land and natural resources; loss of income; loss of livelihoods; loss of social safety net.	
Contribution	Value
Largely related to indirect and induced impacts, third party actions, associated facilities, supply chain aspects, and indirect contribution to cumulative impacts	Substantial
Comments: The operation will generate moderate indirect and/or cumulative impacts generated by solid waste (hazardous and/or non-hazardous).	
Context	Value
Largely related to influence and impacts from external operating environment on project setting, including legal framework and practice, vulnerability risk, political and social conflict, cultural context, legacy issues, etc	Substantial
Comments: There is significant potential for an emergency or unanticipated event to occur in the project area of influence that demands immediate action to prevent or reduce harm to people, property, and/or the environment. Natural hazards, such as earthquakes, droughts, landslides, floods, wildfires, or others, including those caused or exacerbated by climate change, are likely to occur in the project area, and these may significantly impact the project, and/or the project may significantly exacerbate the risk from natural hazards to human life, property, and/or the environment.	
Performance	Value
Directly related to borrower capacity and organizations, commitments, resources and overall performance during project	Substantial
Comments: The Executing Agency will not prepare and maintain an Environmental and Social Management System (ESMS) for the operation with specific elements related to Labor and Working Conditions under ESPS 2.	
Overall Environmental and Social Risk Rating	Value
Please indicate the overall ESRR of the project according to your professional judgement at this point in time	High
Comments: Due to risk factors cause the overall rating is high	

Estratégia de Soluções Ambientais e Sociais

Resumen de la revisión ambiental y social inicial	
Datos de la operación	
Número de la operación	BR-L1609
Sector/Subsector del BID	División de Desarrollo Urbano y Vivienda (CSD/HUD) División de Agua y Saneamiento (INE/WSA)
Tipo y modalidad de la operación	Programa de Inversiones – Obras Múltiples (LON/GOM)
Clasificación de impacto ambiental y social inicial (ESIC)	A
Calificación inicial de riesgo de desastre (ESRR)	Alto
Clasificación inicial de riesgo de desastre y cambio climático (DCCRC)	Alto
Prestatario	Municipio de Recife (Pernambuco)
Agencia Ejecutora	Alcaldía del municipio de Recife
Monto del préstamo BID (y coste total del proyecto)	BID \$260,000,000.00 <u>Contrapartida</u> \$65,000,000.00 \$325,000,000.00
Normas de desempeño con requerimientos	ESPS 1; ESPS 2; ESPS 3; ESPS 4; ESPS 5; ESPS 6; ESP, 7; ESP 8; ESPS 9; ESPS 10
Resumen ejecutivo	
<p>De acuerdo con el Marco de Política Ambiental y Social (MPAS) del Banco y con base en la información existente, el Programa se clasifica en la Categoría A, debido a que las actividades que se desarrollaran generan impactos ambientales y sociales negativos significativos al incluir intervenciones que tienen por objeto el reasentamiento involuntario de un número alto de familias (para la muestra representativa se calculan 1700 familias y para el Programa más de 4000).</p> <p>Con relación al riesgo ambiental y social, este se considera alto debido al volumen de reasentamiento, a que la población que será objeto de reasentamiento presenta condición de vulnerabilidad social y se encuentra en zonas con una alta exposición a amenaza natural que se exacerba ante los escenarios de cambio climático; parte de las familias están ubicadas en zonas con restricción de edificabilidad o de protección de los ríos. En mayo de 2022 se presentó una emergencia debido a intensas lluvias que originaron deslizamientos de tierra e inundaciones en la ciudad. Asimismo, la agencia ejecutora no tiene experiencia con la implementación de proyectos con el MPAS. Finalmente, con relación al riesgo de desastres naturales esto resulta alto toda vez que el área de influencia presenta amenaza alta de inundación por desbordamiento fluvial e incremento del nivel del mar. La criticidad y vulnerabilidad de la infraestructura es alta, con base en el cubo de criticidad para el desarrollo urbano y de viviendas y moderada con base en el cubo de criticidad para agua y saneamiento.</p>	

Todas las clasificaciones mencionadas anteriormente, así como la magnitud de los impactos ambientales y sociales negativos, se confirmará a través de las evaluaciones a ser realizadas durante la debida diligencia para los proyectos de la Muestra Representativa.

Para cumplir con los requisitos establecidos en el MPAS y, principalmente, los establecidos en las 10 Normas de Desempeño Ambiental y Social (NDAS), el Organismo Ejecutor deberá: (i) Implementar un Sistema de Gestión Ambiental y Social (SGAS) para el Programa, de conformidad con lo dispuesto en NDAS 1, que incluya, entre otros, la elaboración de (ii) un Estudio de Impacto Ambiental y Social (EIAS) y un Plan de Gestión Ambiental y Social (PGAS) para cada obra de la Muestra Representativa del Programa a fin de cumplir con los requisitos del MPAS y NDAS; (iii) un Marco de Gestión Ambiental y Social (MGAS) para determinar los lineamientos para un desempeño ambiental y social adecuado para los proyectos fuera de la Muestra; y, (iv) un Plan de Reasentamiento para las obras de la muestra y un Marco de Reasentamiento para las obras no incluidas en la Muestra. Se prevé un proceso de consulta pública para los Proyectos de Muestra de acuerdo con lo establecido en los PDAS 5 y 10.

Descripción de la operación

El objetivo general es contribuir con la mejora de las condiciones de habitabilidad y de salubridad de la población que vive en las áreas de mayor vulnerabilidad socio ambiental en la ciudad de Recife (ver mapa 1). El programa, especialmente busca: (i) incrementar el acceso a infraestructura urbana resiliente, equipamientos y servicios urbanos y sociales, y a programas productivos; (ii) reducir los riesgos por inundaciones y por deslizamientos de tierra, considerando criterios de resiliencia climática; (iii) promover el fortalecimiento institucional y la modernización de la Alcaldía, visando la efectividad de las acciones de planificación urbana, vivienda y gestión del riesgo ambiental y climático. Para lograr estos objetivos el programa se estructura en los siguientes componentes:

- Componente 1. Urbanización Integrada. Financiará intervenciones integradas en comunidades prioritarias de interés social, implementando: (i) infraestructura y equipamiento urbano y social resilientes; (ii) servicios sociales y programas productivos; (iii) regularización de tierras (iv) mejoramiento de viviendas individuales; (v) reasentamiento de familias en riesgo de inundaciones o deslizamientos; y (vi) obras de ingeniería civil complementarias para garantizar la seguridad y sostenibilidad ambiental de la comunidad. Este componente financiará servicios de consultoría para la elaboración de estudios de intervención y otros, ejecución y supervisión de los proyectos integrados. Las actividades presentes en este componente se realizarán considerando la perspectiva de inclusión de género y diversidad e incorporando soluciones que contribuyan a la resiliencia urbana frente al cambio climático.
- Componente 2. Infraestructura Resiliente. Financiará macroproyectos de drenaje en los ríos Tejipló, Jiquiá y Moxotó previstos en el Plan director de Drenaje Urbano del Municipio y en estudios recientes del Ayuntamiento. En este contexto, incluirá: (i) la reconfiguración de tramos de ríos; (ii) la construcción de parques lineales (que actuarán como zonas de amortiguamiento durante eventos extremos), ciclovías y otras medidas para proteger y controlar la ocupación de estas áreas; (iii) el reasentamiento de familias en riesgo en las áreas de influencia de estos ríos. Además, financiará obras de contención de taludes clasificados como de alto y muy alto riesgo que, cuando sea posible, incluirán la implementación de áreas de esparcimiento para asegurar su sostenibilidad socioambiental. El componente financiará los estudios técnicos, proyectos, ejecución y supervisión de las obras, que incorporarán soluciones para la resiliencia urbana.
- Componente 3 Fortalecimiento Institucional: Incluye: (i) la modernización de los instrumentos de planificación y gestión urbana, incluyendo la promoción de soluciones innovadoras para el acceso a la vivienda; (ii) la creación de un sistema de datos unificado que incluya información urbana, ambiental, social y habitacional del municipio (iii) un sistema de gestión y monitoreo de

amenazas climáticas y geofísicas en el municipio que, entre otras funciones, permita la emisión de advertencias de la ocurrencia de estas amenazas; y (iv) apoyo a la implementación de nuevas tecnologías para una mejor planificación y control de las obras municipales, incluyendo la capacitación de los empleados involucrados en su uso.

La operación comprende la participación de HUD y WSA, esto debido al alcance de los componentes y obras a desarrollar.

Los componentes 1 y 2 requieren actividades de reasentamiento físico involuntario y económico para más de 4000 familias, en condición de riesgo ante amenaza de inundación y deslizamiento o que ocupan áreas de amortiguamiento de los ríos Tejipió, Jiquiá y Moxotó. Estos ríos son urbanos, y su principal función dentro de la estructura de la ciudad es servir como drenajes de escurrimientos superficiales y receptores de aguas residuales. Las franjas de amortiguamiento o rondas hidráulicas son áreas de preservación ecológica, no son parte del Sistema de Áreas Protegidas, pero tienen una condición de no edificabilidad. El proyecto busca la recuperación de las rondas y márgenes fluviales, con lo que se mejorará su función ecológica, la cual actualmente está afectada por la ocupación de viviendas informales.

El componente 2 está focalizado en la recuperación de la capacidad hidráulica de los tres ríos, la zona de amortiguamiento y protección ambiental y el dragado de mantenimiento para remoción de sedimentos y lodos acumulados. Vale la pena mencionar que el dragado no incluye modificación de la sección hidráulica o profundización de los ríos. Los parques lineales además de asegurar la recuperación ecológica de las áreas evitarán la reocupación por parte de las comunidades aledañas y garantizarán la función de amortiguamiento en períodos de lluvia y subida de marea (ver figuras 1 y 2 del Anexo A).

Se prevé que el desarrollo de intervenciones en obras de infraestructura pueda generar riesgos e impactos ambientales, sociales, la salud y la seguridad. La muestra está conformada por 9 proyectos, correspondientes a 4 tipologías de obras; la muestra fue seleccionada atendiendo criterios técnicos, sociales, ambientales, población beneficiada y representatividad presupuestal, (ver mapa 2 del Anexo A). Las obras de la muestra se enlistan a continuación:

1. Programa de recualificación de las márgenes y manejo de las aguas de las cuencas de los ríos Tejipió, Jiquiá e Moxotó
 - Macrodrenaje río Tejipió
2. Proyectos de Urbanización de la ZEIS Beirinha:
 - Beirinha – Areias
 - Vila Miguel Arraes / Beirinha
 - Chico Xavier
3. Proyectos de contención de pendientes/ laderas (encostas):
 - Ruas Ibicuí e Ibirá, barrio: COHAB, CIS: Três Carneiros Alto (GRUPO G)
 - Rua Ibirá, barrio: COHAB, CIS: Três Carneiros Alto (GRUPO G)
 - Rua Dr. Paulo Biase, barrio: COHAB, CIS: Asa Branca
 - 2ª Travessa Córrego da Jaqueira, barrio: Linha do Tiro, CIS: Alto dos Coqueiros
4. Proyecto de contención de Pendientes/laderas con recualificación urbana del entorno inmediato:

- Área localizada en las inmediaciones de las carreteras: Helvécia, Ananias Catanho, Hematita y Marilac. ZEIS (Zona Especial de Interesse Social): Cavaleiro. CIS: Alto da Bela Vista / Coqueiral.

Las obras de la muestra incluyen obras por las cuales se precisa realizar el reasentamiento físico involuntario de cerca de 1700 familias; no se prevé intervención de territorios indígenas o afrodescendientes. Preliminarmente se ha identificado cruce con Unidades de Conservación Municipal y Estadual, dado el enfoque de recuperación ambiental del Programa.

El prestatario será el Municipio de Recife, Estado de Pernambuco y la Alcaldía de Recife el organismo ejecutor del programa. Las obras serán construidas y mantenidas por el Municipio.

Fundamentos de las clasificaciones/calificaciones

Clasificación de impacto ambiental y social	A. Las actividades de reasentamiento previstas con la operación pueden provocar impactos sociales negativos de largo plazo. Las labores de dragado pueden generar volúmenes importantes de lodos y sedimentos con una carga bacteriológica relevante que requerirá medidas para evitar contaminación y exposición a la comunidad. Las obras generaran importantes cantidades de residuos sólidos, escombros y residuos peligrosos (asbesto cemento, restos de pintura, solventes, aceites, entre otros).
Calificación de riesgo ambiental y social	Alto La población que será objeto de reasentamiento se encuentra en una alta condición de vulnerabilidad social y se encuentra en zonas con una alta exposición a amenaza natural que se exagera ante los escenarios de cambio climático; parte de las familias están ubicadas en zonas con restricción de edificabilidad o de protección de los ríos. El contexto se da en una situación en las cuales las fuertes lluvias han ocasionado pérdidas económicas y de vidas dentro de la población de Recife. La agencia ejecutora aún no tiene experiencia con la implementación de proyectos con un nuevo MPAS.
Clasificación de riesgo de desastre y cambio climático	Alto. El área de influencia presenta amenaza alta de inundación por desbordamiento fluvial, incremento del nivel del mar, deslizamientos y alta influencia del cambio climático en amenazas hidrometeorológicas. La criticidad y vulnerabilidad de la infraestructura es alta, con base en el cubo de criticidad para obras de desarrollo urbano y de viviendas y moderada con base en el cubo de criticidad para obras de agua y saneamiento.
<p>¿Se considera el marco ambiental y social del prestatario?</p>	
<p style="text-align: right;">No</p> <p>La preparación se realizará con base en el MPAS del Banco y las Normas de Desempeño Ambiental y Social 1 al 10. Durante la diligencia debida, se realizará análisis de brechas frente al MPAS, la legislación nacional y las Guías sobre medio ambiente, salud y seguridad (MASS) de acuerdo con el párrafo 3.3 de la Declaración de Política del MPAS.</p>	

Normas de Desempeño Ambiental y Social aplicables al proyecto propuesto	
NDAS-1. Evaluación y gestión de riesgos e impactos ambientales y sociales	Sí
<p>Actualmente la Alcaldía de Recife, organismo ejecutor del Programa, cuenta con algunos procedimientos para la gestión del desempeño social y ambiental de proyectos de infraestructura. Durante la preparación de la operación, el ejecutor preparará un Sistema de Gestión Ambiental y Social específico para el programa, desarrollando los 7 elementos del sistema definidos en la NDAS 1 y otros requerimientos establecidos en las NDAS 1 al 10 del MPAS. En esa línea, serán instrumentos de gestión ambiental y social del SGAS: (i) Evaluación de Impacto Ambiental y Social de las obras de la muestra, (ii) Plan de reasentamiento, (iii) Marco de Gestión Ambiental y Social y Marco de Reasentamiento Involuntario para las obras futuras y (iv) Plan de Participación de Partes Interesadas.</p> <p>El ejecutor preparará una Estudio de Impacto Ambiental y Social (EIAS) de las obras de la muestra cuyos proyectos cuentan con prefectibilidad, orientada a la identificación de impactos y riesgos socio ambientales. Dicho EIAS incluirá los correspondientes Planes de Gestión Ambiental y Social (PGAS) que establece los programas necesarios a desarrollar por parte del Prestatario para la adecuada mitigación de los impactos identificados y el cumplimiento de los requisitos establecidos en las NDAS 2 al 10. . El EIAS incorporará un análisis de riesgo de desastres naturales hasta el paso 3, narrativa de Gestión de Riesgo de Desastres, que permita definir los estudios adicionales a ser desarrollados previo a la ejecución de las obras.</p> <p>Del mismo modo, para las obras futuras se va a preparar un Marco de Gestión Ambiental y Social, que contendrá lineamientos para la categorización y definirá los instrumentos apropiados para su desempeño ambiental y social satisfactorio. El MGAS incluirá un procedimiento para el análisis de riesgo de desastres naturales de las obras fuera de la muestra, de acuerdo con la metodología del Banco y el NDAS 4 y que concluya con la identificación de los estudios de análisis de riesgo requeridos según la calificación obtenida.</p> <p>El Prestatario deberá desarrollar un plan de reasentamiento para las obras de la Muestra en la cual se alinee a las normas de desempeño 1 y 5. Del mismo modo, para las obras futuras de la muestra y en la medida que éstas prevén incluir intervenciones que incluyen componentes de reasentamiento de hogares, el prestatario desarrollará un marco de reasentamiento aplicables para las obras futura de la muestra.</p>	
NDAS-2. Trabajo y condiciones laborales	Sí
<p>Las obras y actividades que resultan en intervenciones conllevan procesos de construcción y movilización de personal, que trae consigo riesgos e impactos asociados con el trabajo y condiciones laborales, incluyendo la salud y seguridad de los trabajadores.</p> <p>El EIAS analizará las brechas correspondientes con el NDA2 y se complementarán los análisis y planes de gestión correspondientes, el mecanismo de recepción de reclamaciones por parte de los trabajadores y un Código de Conducta para el Programa.</p> <p>El SGAS específico del Programa debe incorporar los requisitos establecidos en la NDAS 2 relacionados con seguridad y salud de los trabajadores y con condiciones labores. No se ha identificado riesgos en la generación de trabajo infantil ni forzado.</p> <p>Con base en la información suministrada por el ejecutor, no se tiene prevista la adquisición de paneles solares dentro del alcance del programa.</p>	

Finalmente, durante la debida diligencia se analizará los temas referidos, la no discriminación y la libertad de asociación y negociación colectiva, así como las medidas requeridas para evaluar estas durante la diligencia debida a ser incorporadas en la EIAS.	
NDAS-3. Uso eficiente de los recursos y prevención de la contaminación	Sí
<p>Las obras se desarrollarán en la ciudad de Recife. Durante la etapa constructiva se esperan impactos negativos como: (i) incremento en niveles de presión sonora, vibraciones, polvo, partículas y gases por incremento del tráfico de vehículos y maquinaria, (ii) intensificación de procesos erosivos por modificación de drenajes naturales, (iii) potencial contaminación del suelo o del agua por derrames de grasas y aceites, combustibles y otros materiales peligrosos.</p> <p>Se identifica preliminarmente como un aspecto ambiental relevante, el alto volumen de residuos de construcción que se generara debido a las labores de demolición de viviendas localizadas en áreas expuestas a inundación y deslizamiento, así como de lodos y sedimentos con alta carga bacteriológica (residuos peligrosos), producto de las labores de dragado de los ríos.</p> <p>Durante la etapa de operación, se pueden esperar impactos negativos como incremento en niveles de presión sonora, vibraciones, polvo, partículas y gases por incremento del tráfico de vehículos y maquinaria durante labores de mantenimiento y otros impactos relacionados con el desarrollo de las actividades cotidianas de las familias reasentadas, como generación de residuos domiciliarios, aguas residuales, consumo de energía eléctrica, entre otros.</p> <p>La EIAS debe identificar impactos y riesgos de contaminación ambiental directos, indirectos y acumulativos y se deben establecer medidas de manejo orientadas a su adecuada gestión, empleando la jerarquía de mitigación. Por su parte evaluará potenciales pasivos socio ambientales e impactos socioambientales relacionados con las actividades de dragado de la muestra de proyectos. Específicamente, en cuanto a los lodos producto del dragado, el EIAS incluirá una caracterización y estimación de volumen con base en la información secundaria disponible; como parte del Plan de Gestión Ambiental y Social se incluirán requisitos de caracterización alineados con la legislación local aplicable. El PGAS incluirá información sobre potenciales lugares para la disposición final de lodos, residuos ordinarios y de demolición. El MGAS contendrá lineamientos apropiados para la evaluación de impactos y riesgos de las obras fuera de la muestra y establecer las medidas de manejo correspondientes.</p>	
NDAS-4. Salud y seguridad de la comunidad	Sí
<p>Durante la debida diligencia se analizarán los impactos y riesgos en las personas afectadas por el Programa, teniendo en cuenta el personal de seguridad en las obras, el uso de materiales peligrosos, la exposición a enfermedades y se propondrán los planes de gestión correspondiente en el PGAS y el MGAS. Dicho análisis incluirá los impactos en la salud y seguridad de las comunidades a partir de la convivencia con trabajadores foráneos.</p> <p>Según el Panel Intergubernamental sobre Cambio Climático (IPCC, 2007), Recife es la capital brasileña más amenazada por el aumento del nivel del mar, ocupando el puesto 16 entre las ciudades más vulnerables a los efectos del cambio climático del mundo. El problema se ve agravado por su geografía y patrón de ocupación, ya que segmentos importantes de la población se han asentado en áreas expuestas a inundaciones periódicas o deslizamientos de tierra. La población que ocupa irregularmente las márgenes de los tres principales ríos de la ciudad (Tejipió, Jiquiá y Moxotó) tiende a sufrir inundaciones. Además, hay viviendas vulnerables construidas en las partes más empinadas e inestables de la ciudad. En el mes de mayo de 2022, el Municipio declaró emergencia por las fuertes lluvias y múltiples áreas afectadas por deslizamientos de tierra que provocaron fatalidades y varios</p>	

reasantamientos. Con base en la información disponible, y el contexto y antecedentes de la ciudad, la operación se ha identificado como de **alto el riesgo de desastres naturales y cambio climático**.

El área de influencia está altamente expuesta a amenaza de inundación por desbordamiento fluvial que se exacerban con el incremento del nivel del mar, los aportes de otros cuerpos hídricos afluentes a las cuencas urbanas de la ciudad (ver mapa 4 en el Anexo A). Asimismo, hay una alta exposición a amenaza por deslizamiento.

En cuanto a la infraestructura expuesta, y siendo una operación Double Booked (HUD & WSA):

- i. la criticidad y vulnerabilidad es **alta**, con base en el cubo de criticidad para obras de desarrollo urbano y de viviendas: El criterio de características físicas es alto, pues el programa incluye la construcción de edificios de más de 3 pisos; el impacto negativo en servicios esenciales es moderado pues se verán involucradas entre 100 y 1000 familias en la menor unidad consolidada de análisis (CIS) y la interacción con el medio antrópico es alto pues incluye obras importantes de protección (protección contra inundaciones, estabilización de laderas) y reubicaciones importantes.
- ii. la criticidad y vulnerabilidad es **moderada**, con base en el cubo de criticidad para obras de agua y saneamiento: El criterio de características físicas es bajo dado que no se construirán infraestructura de retención; el criterio de impacto negativo en la población es moderado porque el fallo de estructura crítica del sistema produciría daños materiales importantes, pero afectaría a poblaciones localizadas y en cuanto al impacto negativo en servicios esenciales sería bajo porque el fallo de la infraestructura no afectaría directamente la prestación de dichos servicios.

La EIAS deberá contener una narrativa del contexto de riesgo de desastre y cambio climático existente y esperado de conformidad con la Metodología de Evaluación de Riesgos de Desastres y Cambio Climático del BID, o metodología comparable establecida por la normativa aplicable. Dentro del alcance de la EIAS se considerará la potencial exacerbación del riesgo de desastres de las comunidades en el área de intervención. El PGAS deberá incluir las líneas de trabajo a seguir para la gestión de riesgo a partir de la información disponible (enfoque integral durante el ciclo de vida de los proyectos de la muestra, además de respuesta a emergencias) y el MGAS definirá cuál es el marco normativo existente sobre la temática, y cómo se espera que los proyectos fuera de la muestra lleven a cabo una evaluación del riesgo y desarrollen un Plan de Gestión de Riesgo de Desastre en base a esa evaluación.

Si se identifica necesario para el cierre de brechas identificadas durante la etapa de preparación de la operación y con base a la Narrativa de Riesgos, se desarrollarán estudios específicos de influencia del cambio climático en las variables hidroclimáticas, ARD detallados y PGRD en coordinación con CCS.

NDAS-5. Adquisición de tierras y reasentamiento involuntario	Sí
---	----

Teniendo en cuenta que las obras de la Muestra, tanto en el componente 1, como del componente 2, incluye el reasentamiento de 1700 - números de familias, el Programa desarrollará un robusto Plan de Reasentamiento que incluyera, los temas referidos a minimización de reasentamiento, los procesos de compensación e indemnización, el mecanismo de participación de partes interesadas y consulta con los afectados, así como el mecanismo de atención de quejas y reclamaciones. El prestatario durante la debida diligencia, y durante la ejecución del Programa deberá con la información a fin de realizar la planificación y ejecución del reasentamiento y el restablecimiento de medios de vida llevando a cabo un censo a fin de recopilar los datos socioeconómicos de referencia adecuados para identificar a las personas que serán desplazadas por la ejecución del Programa. Finalmente, en el Plan de Reasentamiento incluirá un mecanismo para confirmar si las condiciones de vida han sido restablecidas.

Para el caso de los proyectos fuera de la Muestra, se desarrollará el Marco de Gestión de Reasentamiento que establecerá lineamientos y requerimientos a seguir.

NDAS-6. Conservación de la biodiversidad y gestión sostenible de los recursos naturales vivos

Sí

Como resultado del análisis de la revisión de la documentación existente y a la fecha de elaboración de este documento, se ha encontrado que dentro del área de influencia directa de las obras de la muestra se encuentran 6 Unidades de Conservación Municipal, y una Unidad de Conservación Estadual que tiene la categoría III según UICN, como se relacionan en el cuadro a continuación:

Tipología	Nombre
Unidad de Conservación Estadual	Mata do Engenho Uchôa (Ley #14324/11)
Unidad de Conservación Municipal	Tamandaré
Unidad de Conservación Municipal	Sítio Grande
Unidad de Conservación Municipal	Mata Do Barro
Unidad de Conservación Municipal	São Miguel
Unidad de Conservación Municipal	Estuário d Río Capibaribe
Unidad de Conservación Municipal	Engenho Uchôa

Ninguna está dentro del Sistema de Áreas Protegidas Federal o Estadual, y no tienen categoría de Parques Naturales. Con base en la información disponible, ningún hábitat crítico ha sido identificado. De conformidad con la Ley 18014 de 09/05/2014 las Unidades de Conservación son Unidades Protegidas, sometidos a especial atención y cuidado por algún atributo específico y/o singular que presenten, dotados de significativo interés ambiental o paisajístico, necesario para la preservación de las condiciones de mitigación climática; deben contar con un Plan de Manejo Ambiental y este deberá establecer normas específicas para el uso, ocupación y ejercicio de determinadas actividades en la UICN. La EIAS evaluará potenciales impactos y definirá medidas adecuadas. De conformidad con los decretos de conformación de dichas Unidades, las obras de interés público pueden ser desarrolladas y deben cumplir con los procedimientos ambientales establecidos por las autoridades competentes. La EIAS deberá evaluar el marco normativo aplicable, los Planes de Manejo Ambiental de las UICN y determinar las restricciones para la ejecución de las obras e instrumentos ambientales correspondientes, de ser el caso.

Es importante resaltar que el componente 2 del Programa está orientado a recuperar los cuerpos hídricos y sus áreas inundables, integrando la conformación de 13 parques lineales en las rondas hidráulicas de los ríos que eviten ocupaciones posteriores y permitan el desarrollo de estas áreas como parte de la estructura ecológica de la ciudad. La muestra del Programa solo incluye 4 de los 13 parques sobre el río Tejepeí.

La EIAS identificará los impactos y riesgos directos, indirectos y acumulativos sobre la biodiversidad, y a través del PGAS deberá establecer medidas de manejo orientadas a su adecuada gestión, empleando la jerarquía de mitigación. Los proyectos de conformación de parques ecológicos no podrán incluir el uso de especies exótica invasiva. La EIAS incluirá una caracterización o línea base de áreas protegidas, hábitats

<p>críticos y sus respectivos servicios ecosistémicos, a partir de información disponible. El PGAS debe incluir medidas de manejo apropiadas de acuerdo con la jerarquía de mitigación.</p> <p>En caso de afectación de servicios ecosistémicos, se deberá realizar un proceso de consulta con los grupos afectados y partes interesadas, de conformidad con la NDAS 6.</p> <p>Adicionalmente, para el Componente 2, y aunque no se contemplan dragados de reconformación de cauce, la EIAS deberá evaluar potenciales impactos asociados a esta actividad y definir medidas de manejo apropiadas para la gestión de lodos y sedimentos.</p> <p>El programa no incluye actividades que impliquen el uso o la producción de recursos naturales vivos.</p>	
NDAS-7. Pueblos indígenas	Si
<p>Las intervenciones se realizarán en zonas urbanas consolidadas. En base a la información existente no se ha identificado presencia de pueblos indígenas en la zona de intervención de las obras. No obstante teniendo que es una operación GOM se activa el presente norma de desempeño</p>	
NDAS-8. Patrimonio cultural	Si
<p>Teniendo en cuenta que es una operación de obras multiples, se activa la presente norma de desempeño. No obstante ellos, durante el proceso de debida diligencia se verificará los riesgos e impactos relevantes para el Programa y de ser el caso, de sus instalaciones conexas sobre el patrimonio cultural tangible y/o intangible, incluido el acceso a la herencia, la pérdida de acceso a sitios de la herencia cultural e impactos resultantes del uso que los proyectos hacen de los recursos culturales. No se ha identificado brechas de cumplimiento potencial. Ahora bien, se deberá implementar un plan de hallazgos fortuitos en caso de que durante la ejecución de los trabajos halla descubrimiento de patrimonio cultural que las obras pudiesen afectar.</p>	
NDAS-9. Igualdad de género	Sí
<p>Los riesgos e impactos relevantes que serán materia de la debida diligencia y que son aplicables a las obras principales, como a las instalaciones conexas están referidos al incremento de violencia de género, la exclusión y/o discriminación. Durante la diligencia debida se identificarán con mayor detalle estos riesgos e impactos y se propondrán las medidas de mitigación correspondiente, incluyendo medidas de prevención, la adopción de códigos de conducta, entre otros a ser incorporados en la EIAS y el MGAS. Se articularán estrategias con el equipo de GDI de manera que se potencialicen las actividades de género y diversidad previstas para el programa, con las medidas de prevención de riesgos en el ciclo de vida del programa</p>	
NDAS-10. Participación de las partes interesadas y divulgación de información	Sí
<p>Durante la debida diligencia se preparará el Plan de Participación de Partes Interesadas, que incluya el mapeo de actores con especial atención a partes que presenten niveles de vulnerabilidad, el proceso de consulta y la interacción con todas las partes afectadas e interesadas del Programa</p> <p>Se espera realizar un proceso de consulta sobre los proyectos de la muestra durante el proceso de la debida diligencia de acuerdo con el avance que presenten los estudios ambientales y sociales correspondientes.</p> <p>Del mismo modo, el proyecto deberá contar con un programa de atención de reclamaciones de temas ambientales, sociales y salud y seguridad que permita atender a los grupos reclamantes proceder a manifestar sus preocupaciones.</p> <p>Para el caso de reasentamiento, se desarrollará un plan de consulta específico a fin de abordar con las familias afectadas dicha situación, que incluya el mecanismo de atención de reclamaciones específico.</p>	

Para los proyectos fuera de la Muestra se incluirá en el MGAS un marco para la preparación de planes de participación de partes interesadas			
Diligencia ambiental y social debida en el BID			
Para las operaciones cofinanciadas, ¿se contempla un enfoque común con otros prestamistas?			N/A
La presente operación no es co-financiada.			
Estrategia de diligencia debida			
En el cuadro a continuación se relacionan los requisitos de evaluación ambiental y social requeridos para la preparación de la operación y para dar cierre a las brechas preliminarmente identificadas según la información suministrada por el prestatario.			
Requisito de evaluación ambiental y social	Estado de desarrollo	Recursos estimados para finalizar (especificar el costo para el Banco o el prestatario)	Calendario estimado para finalizar (incluida la consulta)
Evaluación de Impacto Ambiental y Social (EIAS).	El Prestatario no cuenta con una EIAS para las obras de la muestra según los lineamientos del MPAS.	Contratación de consultores con recursos BID	Ejecución: 4 meses. Comienzo/final previsto: Julio 2022/ octubre 2022.
Plan de Gestión Ambiental y Social (PGAS)	El Prestatario no cuenta con un PGAS para las obras de la muestra según los lineamientos del MPAS.	Contratación de consultores con recursos BID	Ejecución: 4 meses. Comienzo/final previsto: Julio 2022/ octubre 2022.
Plan de Reasentamiento.	El Ejecutor no cuenta con un Plan de Reasentamiento para las obras de la muestra según los lineamientos del MPAS.	Contratación de consultores con recursos BID	Ejecución: 4 meses. Comienzo/final previsto: Julio 2022/ octubre 2022.
Marco de Gestión Ambiental y Social	El Ejecutor no cuenta con un MGAS para el Programa según los lineamientos del MPAS.	Contratación de consultores con recursos BID	Ejecución: 4 meses. Comienzo/final previsto: Julio 2022/ octubre 2022.
Marco de reasentamiento (MR)	El Ejecutor no cuenta con una Marco de Reasentamiento para el Programa según los lineamientos del MPAS.	Contratación de consultores con recursos BID	Ejecución: 4 meses. Comienzo/final previsto: Julio 2022/ octubre 2022.

<p>Sistema de Gestión Ambiental y Social y Marco Específico del Proyecto Ambiental y Social.</p>	<p>Se realizará análisis de brechas entre el SGAS del Organismo Ejecutor y los requisitos de la NDAS 1. Se actualizará el SGAS del organismo ejecutor para que integre los requisitos de la NDAS 1 a la 10 del MPAS.</p>	<p>Contratación de consultores con recursos BID</p>	<p>Ejecución: 4 meses. Comienzo/final previsto: septiembre 2022/ noviembre 2022.</p>
<p>Anexos</p>			
<p>Anexo A – Mapas y Figuras</p>	<p>Mapa 1. Localización general del Programa Figura 1. Diseño general proyecto macrodrenaje Mapa 2. Localización obras de la muestra del Programa Mapa 3(a-e). Amenazas naturales área de influencia de la muestra del Programa Mapa 4. Áreas protegidas área de influencia de la muestra del Programa Registro fotográfico inundaciones y deslizamientos Recife, PE</p>		

Anexo A. Mapas ambientales y sociales

Mapa 1. Localización general del Programa

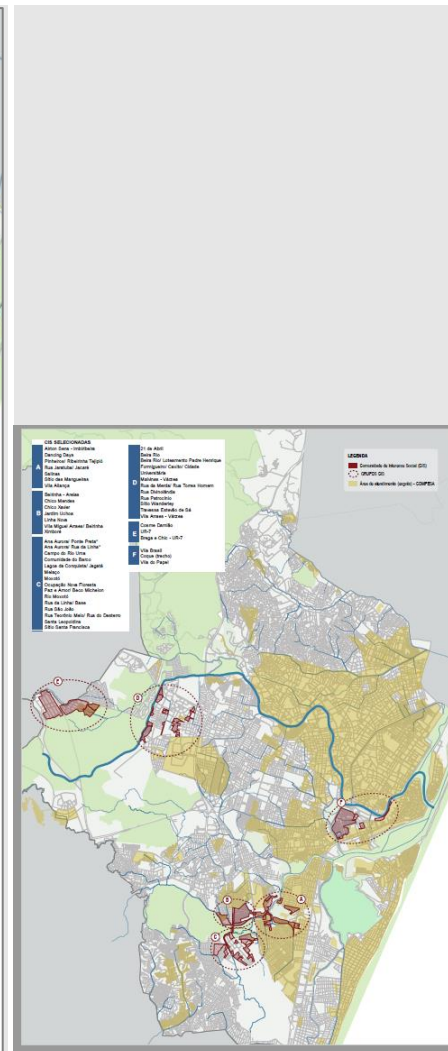
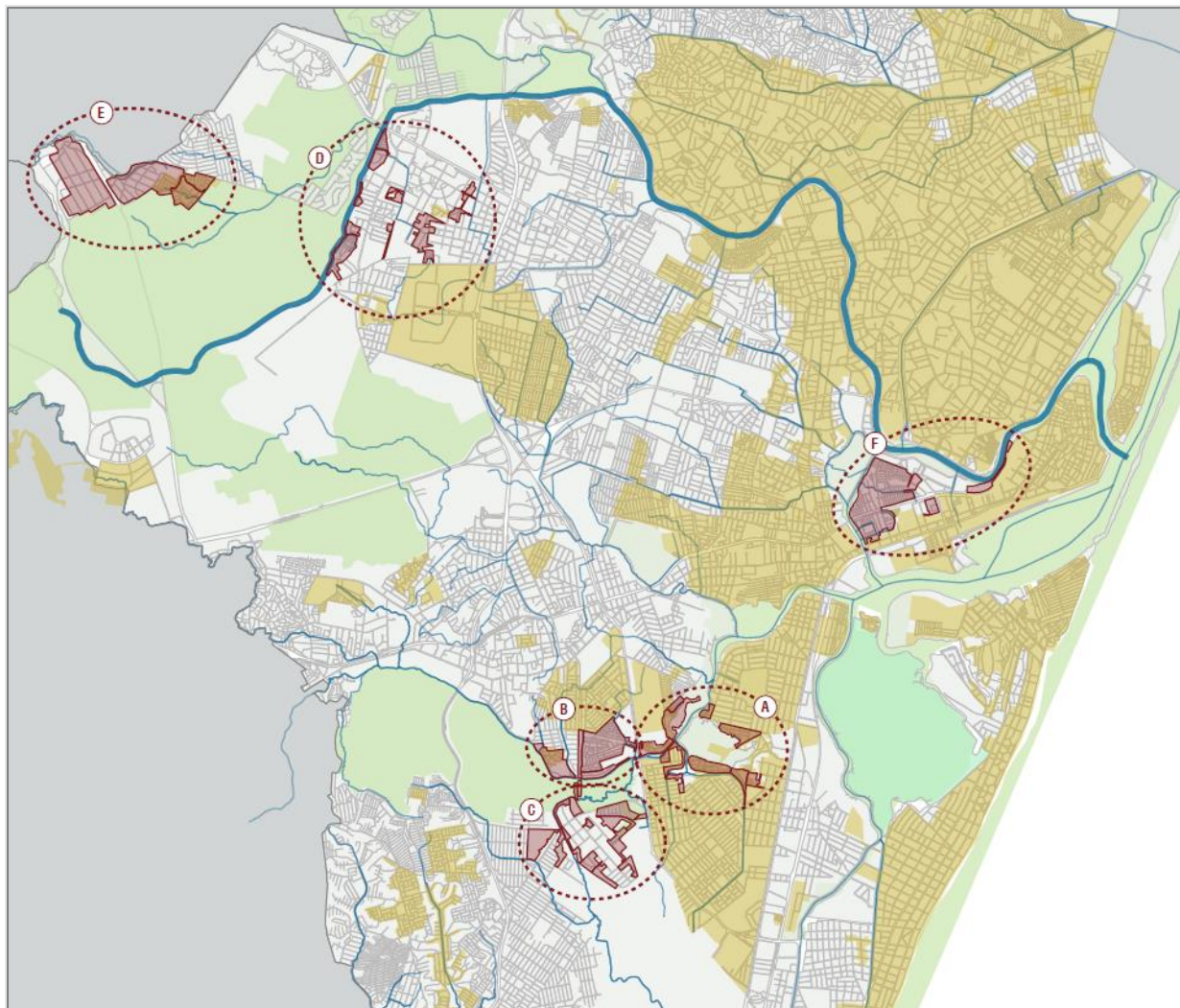


Figura 1. Localización de parques lineales

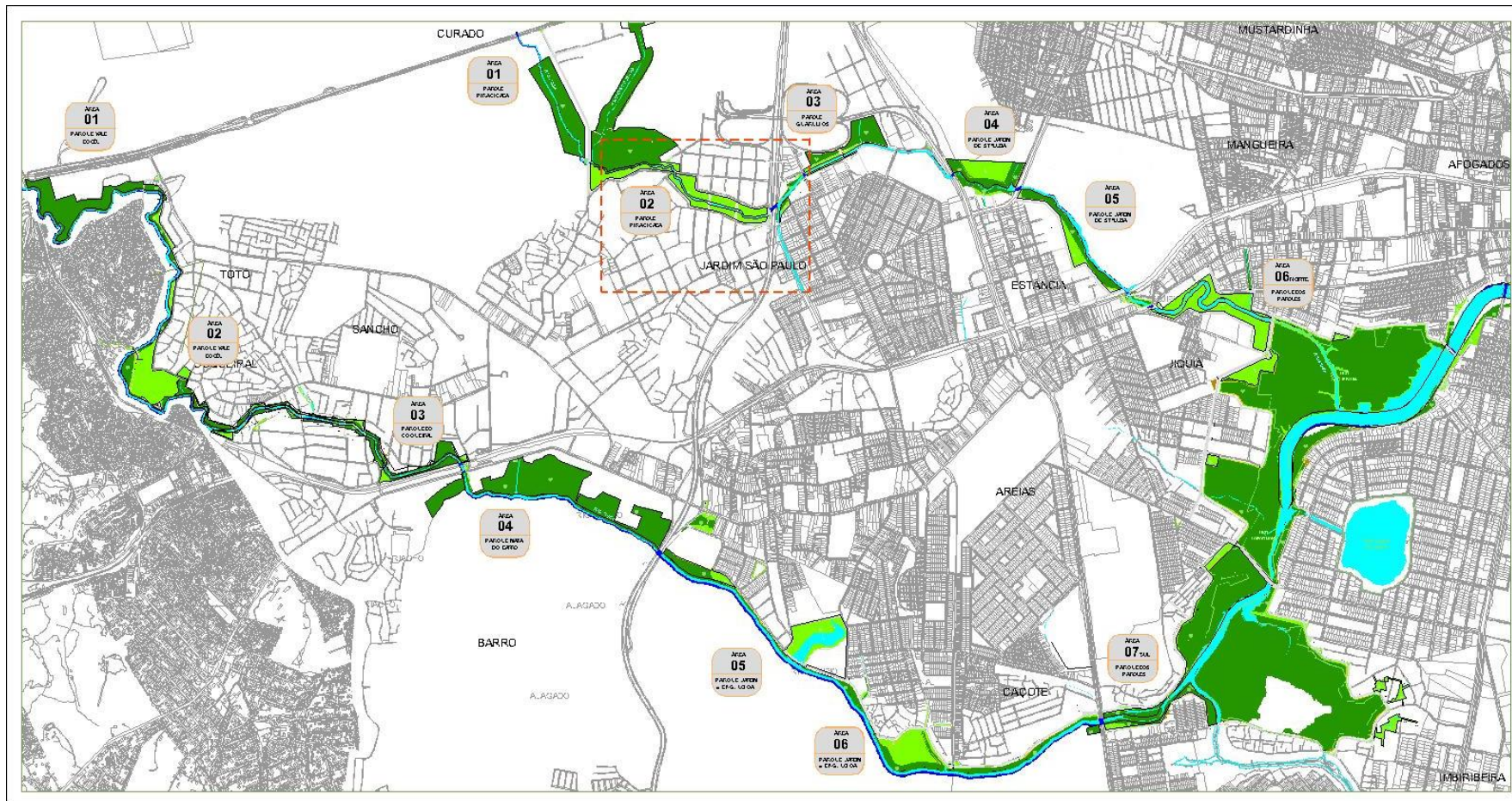
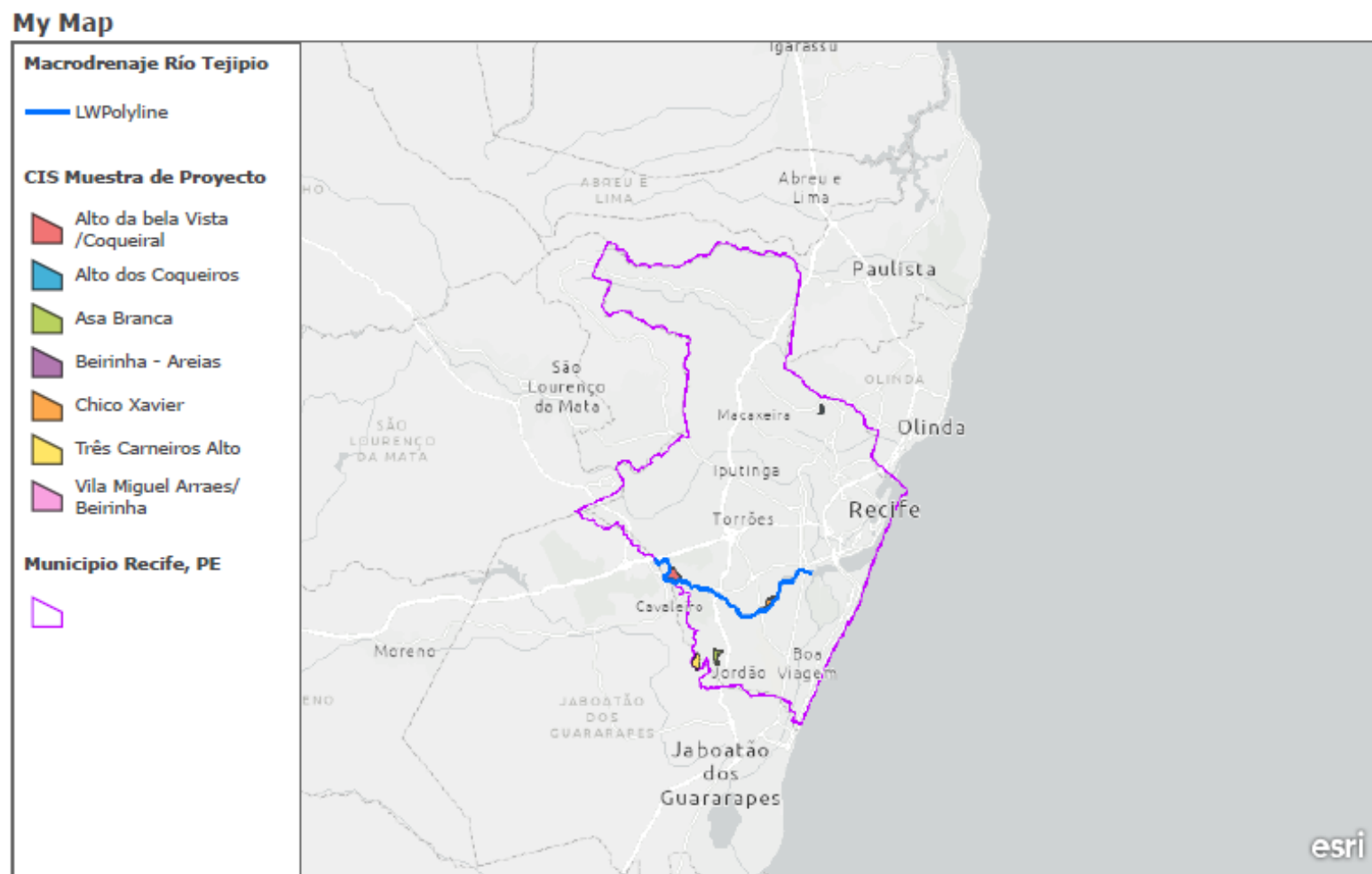


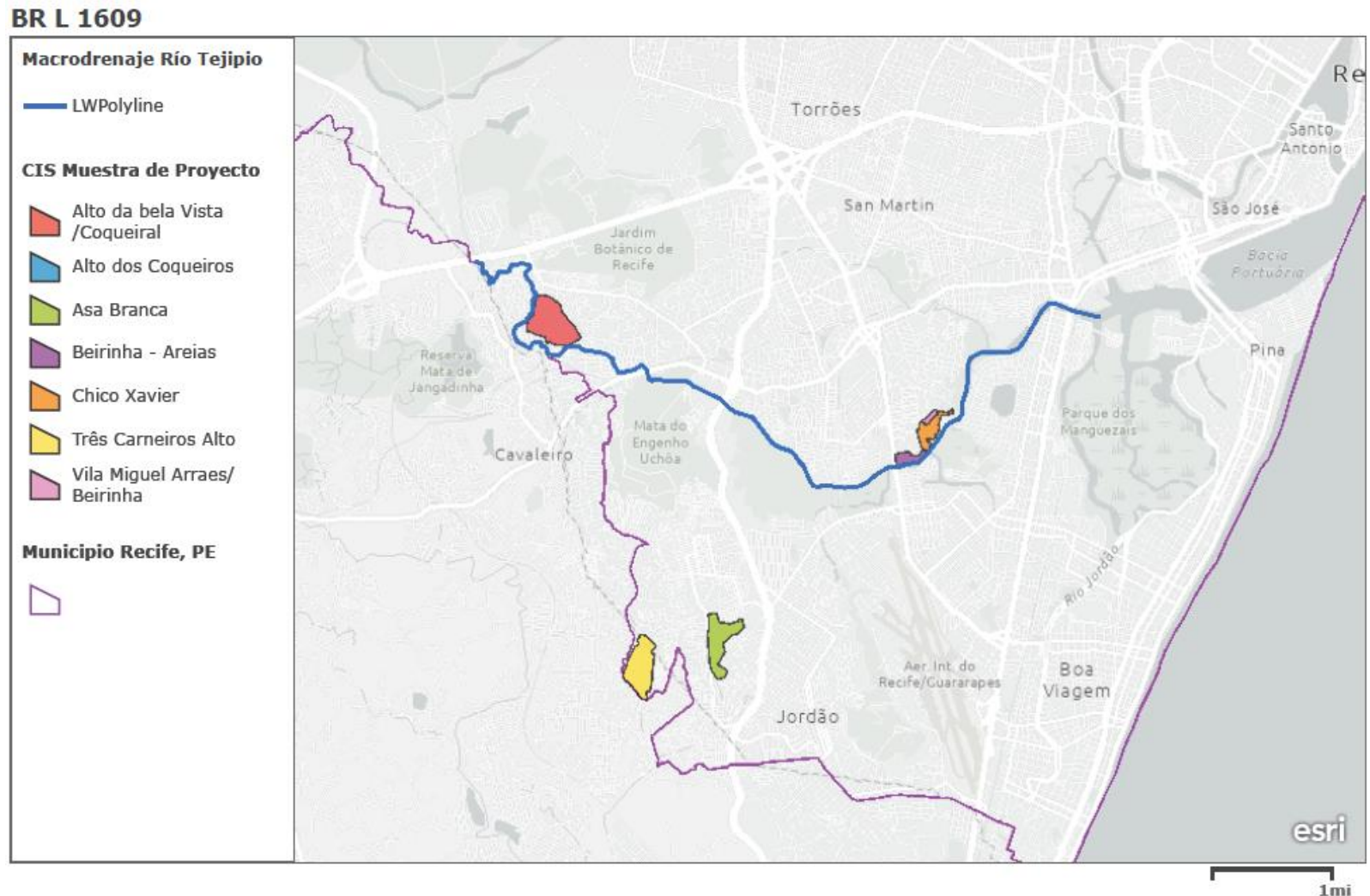
Figura 2. Diseño tipo de parques lineales



Mapa 2. Localización obras de la muestra del Programa



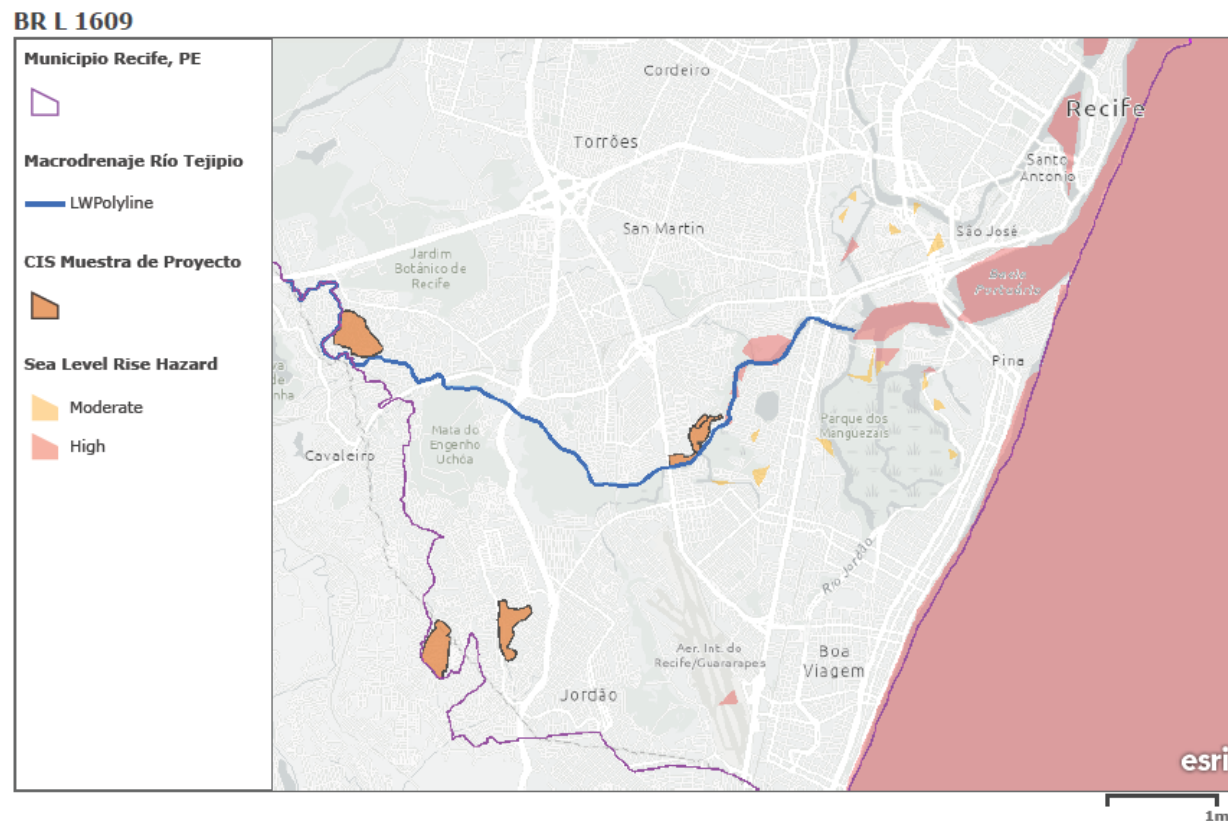
Mapa 2. Localización obras de la muestra del Programa (a)



Mapa 2. Localización obras de la muestra del Programa (b)

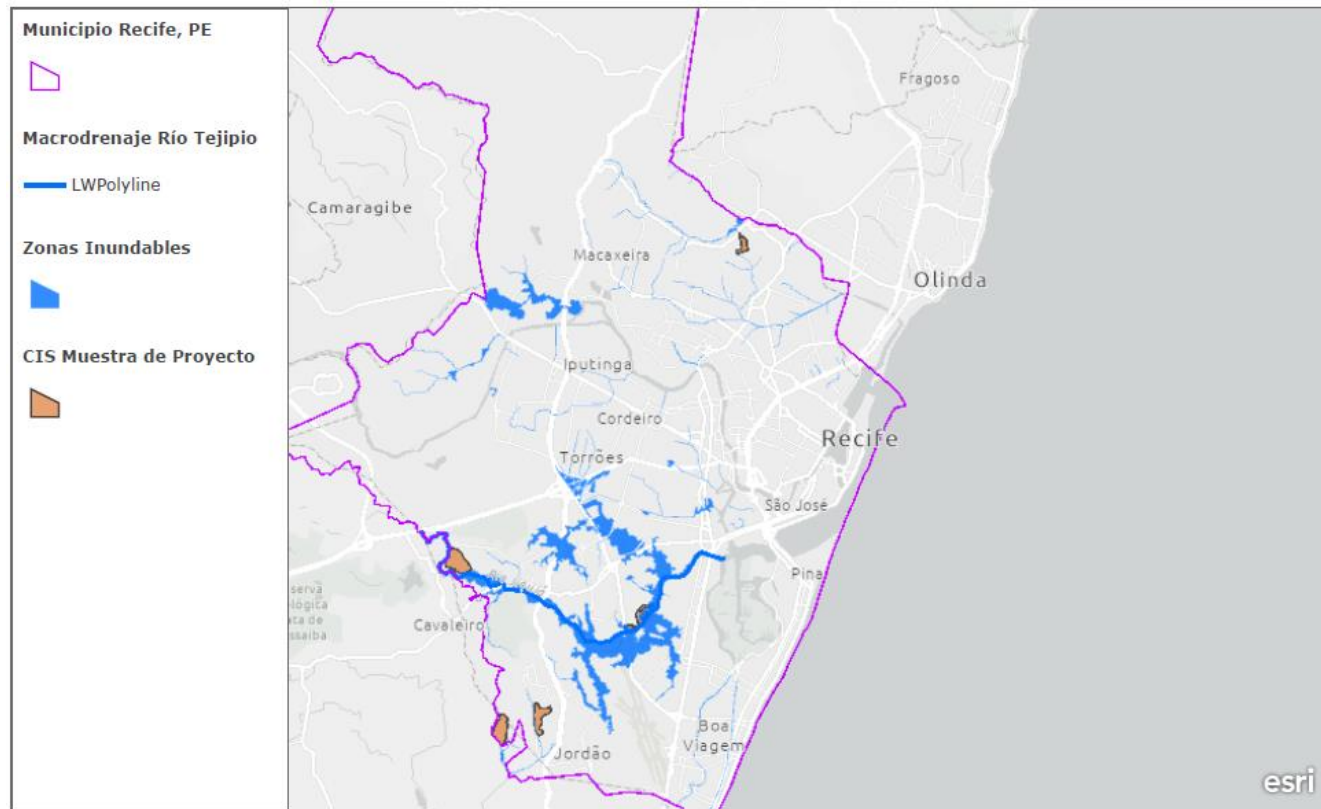


Mapa 3a. Amenazas naturales área de influencia de la muestra del Programa: Incremento del nivel del mar



Esri, HERE, Garmin, Foursquare, METI/NASA, USGS | UNISDR (United Nations International Strategy for Disaster Reduction). (s.d.). GAR Atlas: Global Assessment Report on Disaster Risk Reduction - Risk Data Platform. Cyclone Wind 500 years return period [raster geospatial data Cyclonic wind_RT500years_g154]. Hurricane Wind Hazard. Created by Inter-American Development Bank by processing the original dataset. Retrieved from <https://risk.preventionweb.net/capviewer/download.jsp?tab=9&mapcenter=0,1123252.6982849&mapzoom=2> | UNISDR (United Nations International Strategy for Disaster Reduction). (s.d.). GAR Atlas: Global Assessment Report on Disaster Risk Reduction - Risk Data Platform. Tsunami Hazard (Run up) RP 475 years [shapefile geospatial data Tsunami_hazard_results_g1545]. Tsunami Hazard. Created by Inter-American Development Bank by processing the original dataset. Retrieved from <https://risk.preventionweb.net/capviewer/download.jsp?tab=9&mapcenter=0,1123252.6982849&mapzoom=2> | UNISDR (United Nations International Strategy for Disaster Reduction). (s.d.). GAR Atlas: Global Assessment Report on Disaster Risk Reduction - Risk Data Platform. Peak Ground Acceleration PGA 475 years [raster geospatial data Seismic_hazard_PGA_RT475years_g1537]. Earthquake Hazard. Created by Inter-American Development Bank by processing the original dataset. Retrieved from <https://risk.preventionweb.net/capviewer/download.jsp?tab=9&mapcenter=0,1123252.6982849&mapzoom=2> | Esri, HERE, Garmin, Foursquare, METI/NASA, USGS

Mapa 3b. Amenazas naturales área de influencia de la muestra del Programa: Áreas Inundables



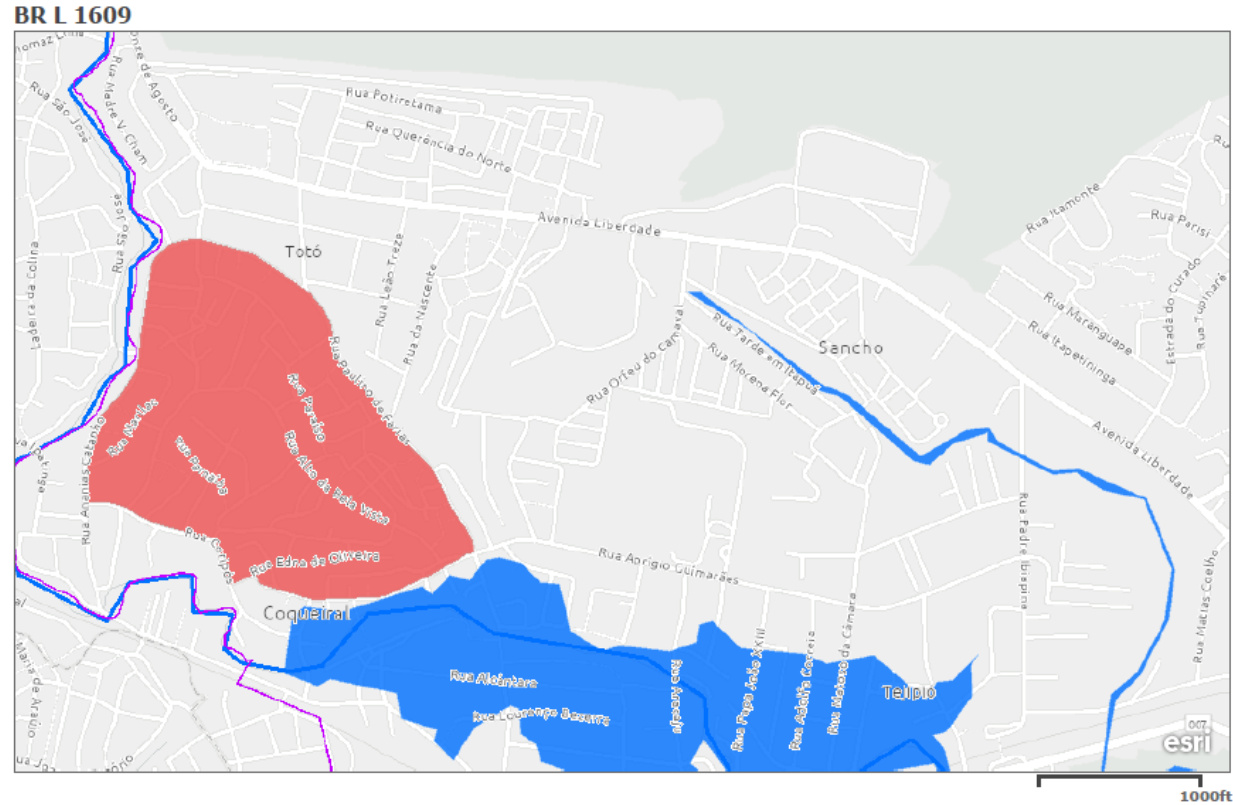
Esri, HERE, Garmin, Foursquare, METI/NASA, USGS | UNISDR (United Nations International Strategy for Disaster Reduction). (s.d.). GAR Atlas: Global Assessment Report on Disaster Risk Reduction - Risk Data Platform. Cyclone Wind 500 years return period [raster geospatial data Cyclonic wind_RT500years_g154]. Hurricane Wind Hazard. Created by Inter-American Development Bank by processing the original dataset. Retrieved from <https://risk.preventionweb.net/capviewer/download.jsp?tab=9&mapcenter=0,1123252.6982849&mapzoom=2> | UNISDR (United Nations International Strategy for Disaster Reduction). (s.d.). GAR Atlas: Global Assessment Report on Disaster Risk Reduction - Risk Data Platform. Tsunami Hazard (Run up) RP 475 years [shapefile geospatial data Tsunami_hazard_results_g1545]. Tsunami Hazard. Created by Inter-American Development Bank by processing the original dataset. Retrieved from <https://risk.preventionweb.net/capviewer/download.jsp?tab=9&mapcenter=0,1123252.6982849&mapzoom=2> | UNISDR (United Nations International Strategy for Disaster Reduction). (s.d.). GAR Atlas: Global Assessment Report on Disaster Risk Reduction - Risk Data Platform. Peak Ground Acceleration PGA 475 years [raster geospatial data Seismic_hazard_PGA_RT475years_g1537]. Earthquake Hazard. Created by Inter-American Development Bank by processing the original dataset. Retrieved from <https://risk.preventionweb.net/capviewer/download.jsp?tab=9&mapcenter=0,1123252.6982849&mapzoom=2> | Esri, HERE, Garmin, Foursquare, METI/NASA, USGS

Mapa 3c. Amenazas naturales área de influencia de la muestra del Programa: Áreas Inundables obras de la muestra



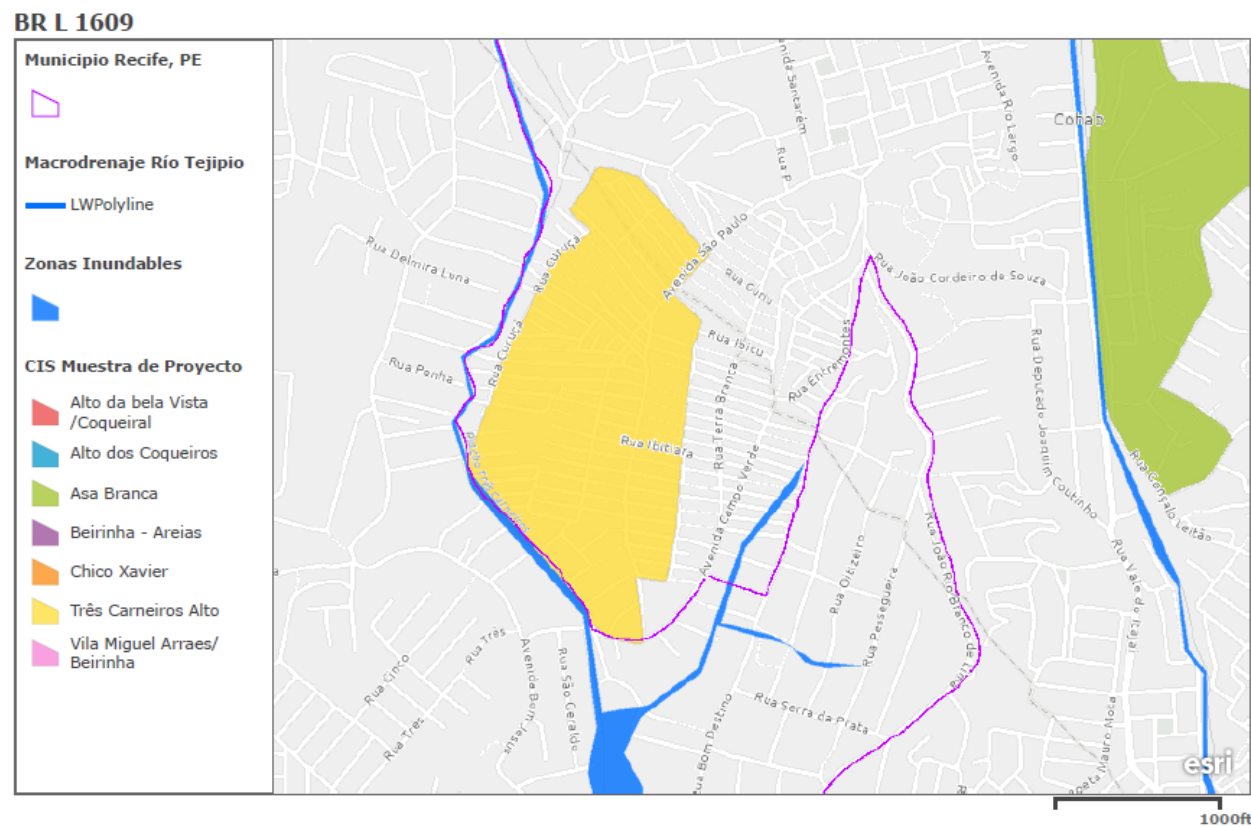
Esri, HERE, Garmin, Foursquare, METI/NASA, USGS | UNISDR (United Nations International Strategy for Disaster Reduction). (s.d.). GAR Atlas: Global Assessment Report on Disaster Risk Reduction - Risk Data Platform. Cyclone Wind 500 years return period [raster geospatial data Cyclonic wind_RT500years_g154]. Hurricane Wind Hazard. Created by Inter-American Development Bank by processing the original dataset. Retrieved from <https://risk.preventionweb.net/capriaviewer/download.jsp?tab=9&mapcenter=0,1123252.6982849&mapzoom=2> | UNISDR (United Nations International Strategy for Disaster Reduction). (s.d.). GAR Atlas: Global Assessment Report on Disaster Risk Reduction - Risk Data Platform. Tsunami Hazard (Run up) RP 475 years [shapefile geospatial data Tsunami_hazard_results_g1545]. Tsunami Hazard. Created by Inter-American Development Bank by processing the original dataset. Retrieved from <https://risk.preventionweb.net/capriaviewer/download.jsp?tab=9&mapcenter=0,1123252.6982849&mapzoom=2> | UNISDR (United Nations International Strategy for Disaster Reduction). (s.d.). GAR Atlas: Global Assessment Report on Disaster Risk Reduction - Risk Data Platform. Peak Ground Acceleration PGA 475 years [raster geospatial data Seismic_hazard_PGA_RT475years_g1537]. Earthquake Hazard. Created by Inter-American Development Bank by processing the original dataset. Retrieved from <https://risk.preventionweb.net/capriaviewer/download.jsp?tab=9&mapcenter=0,1123252.6982849&mapzoom=2> | Esri, HERE, Garmin, Foursquare, METI/NASA, USGS

Mapa 3d. Amenazas naturales área de influencia de la muestra del Programa: Áreas Inundables obras de la muestra



Esri, HERE, Garmin, Foursquare, METI/NASA, USGS | UNISDR (United Nations International Strategy for Disaster Reduction). (s.d.). GAR Atlas: Global Assessment Report on Disaster Risk Reduction - Risk Data Platform. Cyclone Wind 500 years return period [raster geospatial data Cyclonic wind_RT500years_g154]. Hurricane Wind Hazard. Created by Inter-American Development Bank by processing the original dataset. Retrieved from <https://risk.preventionweb.net/capviewer/download.jsp?tab=9&mapcenter=0,1123252.6982849&mapzoom=2> | UNISDR (United Nations International Strategy for Disaster Reduction). (s.d.). GAR Atlas: Global Assessment Report on Disaster Risk Reduction - Risk Data Platform. Tsunami Hazard (Run up) RP 475 years [shapefile geospatial data Tsunami_hazard_results_g1545]. Tsunami Hazard. Created by Inter-American Development Bank by processing the original dataset. Retrieved from <https://risk.preventionweb.net/capviewer/download.jsp?tab=9&mapcenter=0,1123252.6982849&mapzoom=2> | UNISDR (United Nations International Strategy for Disaster Reduction). (s.d.). GAR Atlas: Global Assessment Report on Disaster Risk Reduction - Risk Data Platform. Peak Ground Acceleration PGA 475 years [raster geospatial data Seismic_hazard_PGA_RT475years_g1537]. Earthquake Hazard. Created by Inter-American Development Bank by processing the original dataset. Retrieved from <https://risk.preventionweb.net/capviewer/download.jsp?tab=9&mapcenter=0,1123252.6982849&mapzoom=2> | Esri, HERE, Garmin, Foursquare, METI/NASA, USGS

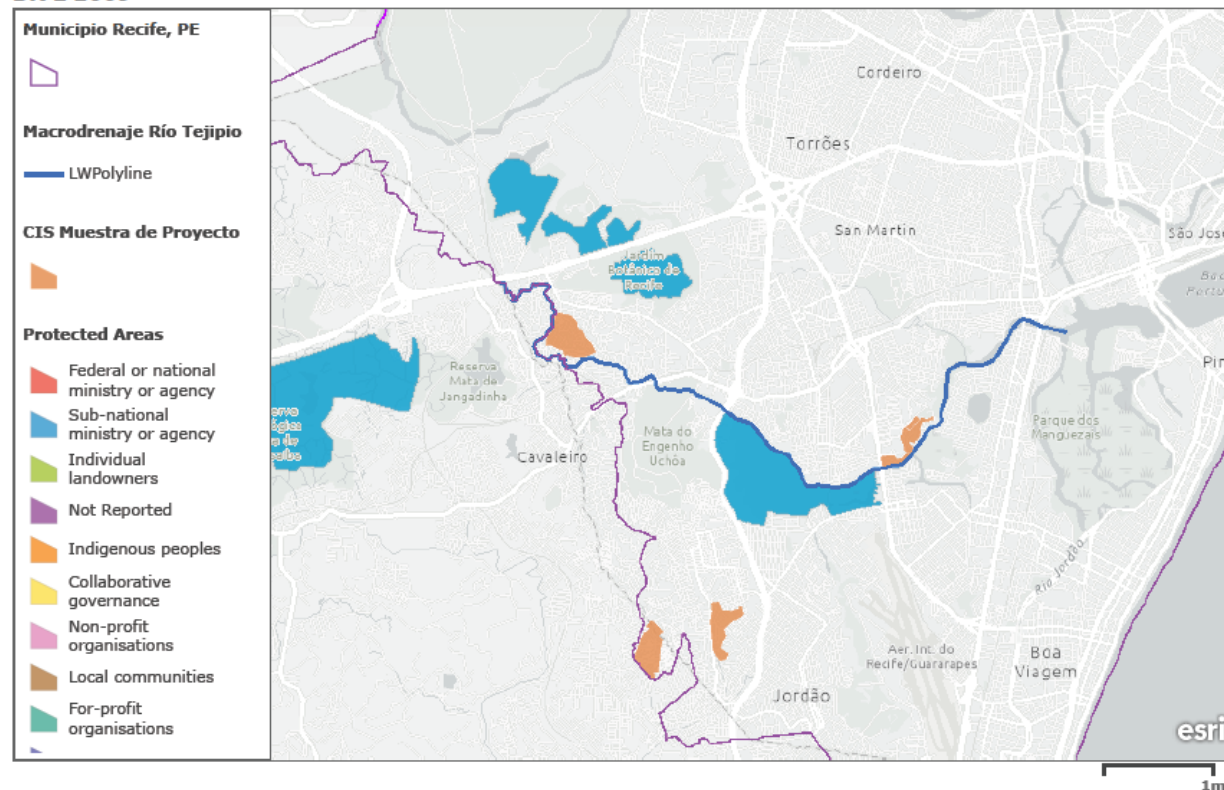
Mapa 3e. Amenazas naturales área de influencia de la muestra del Programa: Áreas Inundables obras de la muestra



Esri, HERE, Garmin, Foursquare, METI/NASA, USGS | UNISDR (United Nations International Strategy for Disaster Reduction). (s.d.). GAR Atlas: Global Assessment Report on Disaster Risk Reduction - Risk Data Platform. Cyclone Wind 500 years return period [raster geospatial data Cyclonic wind_RT500years_g154]. Hurricane Wind Hazard. Created by Inter-American Development Bank by processing the original dataset. Retrieved from <https://risk.preventionweb.net/capriviewer/download.jsp?tab=9&mapcenter=0,1123252.6982849&mapzoom=2> | UNISDR (United Nations International Strategy for Disaster Reduction). (s.d.). GAR Atlas: Global Assessment Report on Disaster Risk Reduction - Risk Data Platform. Tsunami Hazard (Run up) RP 475 years [shapefile geospatial data Tsunami_hazard_results_g1545]. Tsunami Hazard. Created by Inter-American Development Bank by processing the original dataset. Retrieved from <https://risk.preventionweb.net/capriviewer/download.jsp?tab=9&mapcenter=0,1123252.6982849&mapzoom=2> | UNISDR (United Nations International Strategy for Disaster Reduction). (s.d.). GAR Atlas: Global Assessment Report on Disaster Risk Reduction - Risk Data Platform. Peak Ground Acceleration PGA 475 years [raster geospatial data Seismic_hazard_PGA_RT475years_g1537]. Earthquake Hazard. Created by Inter-American Development Bank by processing the original dataset. Retrieved from <https://risk.preventionweb.net/capriviewer/download.jsp?tab=9&mapcenter=0,1123252.6982849&mapzoom=2> | Esri, HERE, Garmin, Foursquare, METI/NASA, USGS

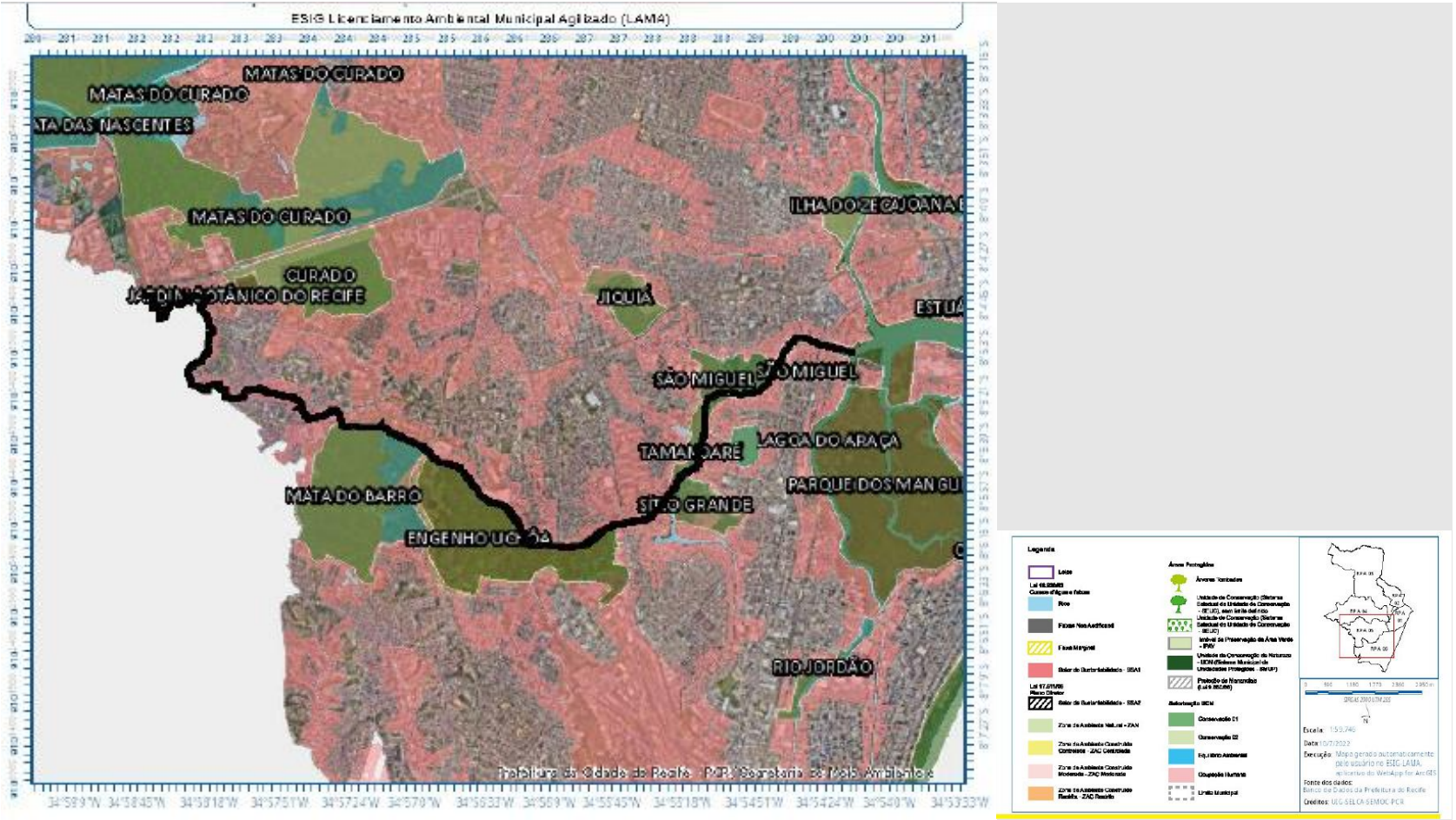
Mapa 4. Áreas protegidas área de influencia de la muestra del Programa

BR L 1609



Esri, HERE, Garmin, Foursquare, METI/NASA, USGS | UNISDR (United Nations International Strategy for Disaster Reduction). (s.d.). GAR Atlas: Global Assessment Report on Disaster Risk Reduction - Risk Data Platform. Cyclone Wind 500 years return period [raster geospatial data Cyclonic wind_RT500years_g154]. Hurricane Wind Hazard. Created by Inter-American Development Bank by processing the original dataset. Retrieved from <https://risk.preventionweb.net/capviewer/download.jsp?tab=9&mapcenter=0,1123252.6982849&mapzoom=2> | UNISDR (United Nations International Strategy for Disaster Reduction). (s.d.). GAR Atlas: Global Assessment Report on Disaster Risk Reduction - Risk Data Platform. Tsunami Hazard (Run up) RP 475 years [shapefile geospatial data Tsunami_hazard_results_g1545]. Tsunami Hazard. Created by Inter-American Development Bank by processing the original dataset. Retrieved from <https://risk.preventionweb.net/capviewer/download.jsp?tab=9&mapcenter=0,1123252.6982849&mapzoom=2> | UNISDR (United Nations International Strategy for Disaster Reduction). (s.d.). GAR Atlas: Global Assessment Report on Disaster Risk Reduction - Risk Data Platform. Peak Ground Acceleration PGA 475 years [raster geospatial data Seismic_hazard_PGA_RT475years_g1537]. Earthquake Hazard. Created by Inter-American Development Bank by processing the original dataset. Retrieved from <https://risk.preventionweb.net/capviewer/download.jsp?tab=9&mapcenter=0,1123252.6982849&mapzoom=2> | Esri, HERE, Garmin, Foursquare, METI/NASA, USGS

Mapa 5. Áreas de Proteção Ambiental e Unidades de Conservação área de influência de la muestra del Programa



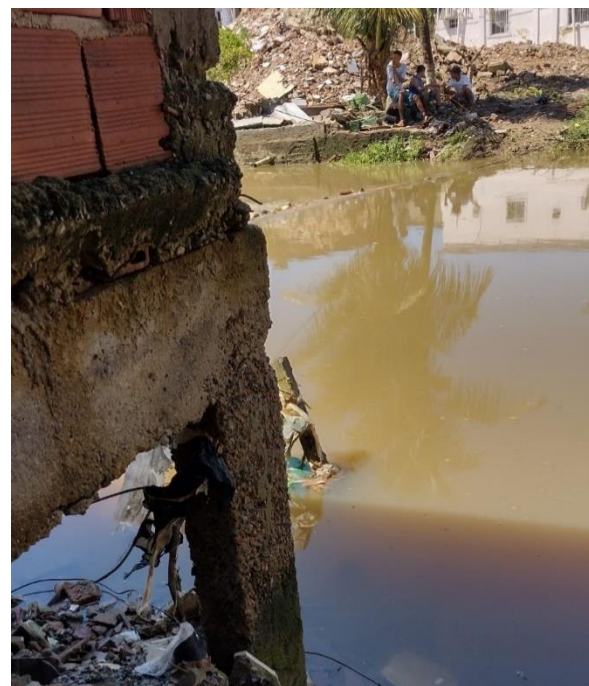
Fuente: Relatório Técnico Ambiental – RTA. Prefeitura do Recife

<https://esigportal2.recife.pe.gov.br/portal/apps/webappviewer/index.html?id=21b2a2bdcda347dbb6486294b50abe4c>

Registro Fotográfico. Áreas afectadas por inundaciones y deslizamientos Recife, PE



Río Tejepió – Áreas afectadas por desbordamiento em mayo 2022



Casas localizadas dentro de la ronda hidráulica (zona no edificable) del Río Tejepió



Estado de taludes colapsados después del período de lluvias en mayo 2022



Viviendas afectadas por el deslizamiento de mayo 2022

ÍNDICE DE TRABALHOS SETORIAIS

Estudos	Descrição	Estado	Referência digital
Estudos existentes			
Habitação de interesse social no Brasil: construindo novas oportunidades – panorama 2020 e foco em desafios prioritário	A publicação traça um panorama geral sobre o Setor Habitacional no Brasil, apresentando o déficit e a demanda por moradia, os atores e instituições envolvidas, o arcabouço jurídico e as condições de financiamento para o setor. Além disso, são apresentadas boas práticas, nacionais e internacionais, que incentivam o acesso à moradia de qualidade por meio de programas, financiamentos e outros sistemas. <i>[vínculo com o Componente 1 da operação]</i>	Concluído	Link
Habitação de interesse social no Brasil: propostas sobre melhorias habitacionais	As habitações precárias e/ou inadequadas no Brasil, reunidas no conceito de inadequação habitacional, chamam respostas programáticas para promover melhorias e autoprodução habitacional para famílias de baixa renda. <i>[vínculo com o Componente 1 da operação]</i>	Concluído	Link
Habitação de interesse social no Brasil: propostas sobre locação social	A locação é uma forma de acesso à moradia alternativa às formas tradicionais, como aquisição ou autoconstrução. Esta publicação promove um debate inicial sobre o tema de aluguel social, entendido como política habitacional própria (distinta das políticas emergências ou de transição) voltada a famílias de baixa renda, e apresenta propostas para a criação de um Programa Nacional de Locação Social (PNLS) em apoio a iniciativas municipais. <i>[vínculo com o Componente 3 da operação]</i>	Concluído	Link
Infraestructura verde urbana I: Retos, oportunidades y manual de buenas prácticas	Essa publicação explora o que é infraestrutura verde urbana, quais são as ameaças climáticas da região para as quais as infraestruturas poderiam contribuir, e é apresentada uma revisão de 21 casos de soluções de infraestrutura verde, tanto em países desenvolvidos como em países em desenvolvimento. <i>[vínculo com o Componente 1 e 2 da operação]</i>	Concluído	Link
Infraestructura verde urbana II: implementação e seguimento de soluções	Nesta publicação são apresentadas 8 tipologias de infraestrutura verde urbana, também são descritos os serviços ecossistêmicos que ajudam a regular e fornecer dados sobre os seus benefícios econômicos. Esta publicação fornece também uma matriz de indicadores que pode ser utilizada neste tipo de projeto, tanto ex-ante como ex-post. <i>[vínculo com o Componente 1 e 2 da operação]</i>	Concluído	Link

Estudos	Descrição	Estado	Referência digital
Infraestrutura verde urbana III: análise de países	<p>Esta publicação explora o quadro institucional e a legislação ligada a cinco países da região: Panamá, Paraguai, Peru, El Salvador e Suriname. O documento também fornece uma visão geral da situação atual do mercado em cada país e uma lista de potenciais fornecedores.</p> <p><i>[vínculo com o Componente 1 e 2 da operação]</i></p>	Concluído	Link
Vamos construir verde? Guia prático para edificações, espaços públicos e canteiros sustentáveis no Brasil	<p>Este guia visa simplificar o acesso dos gestores públicos e privados a informações práticas sobre como incorporar elementos de sustentabilidade em uma obra, seja ela edificação, como habitação, ou mobiliário, ou espaço público.</p> <p><i>[vínculo com os objetivos transversais de sustentabilidade e mudanças climáticas da operação]</i></p>	Concluído	Link
Diseño ecológico: Estrategias para la ciudad vulnerable – adaptando las áreas precarias de ALC al cambio climático	<p>O desenho ecológico dimensiona os impactos da crise climática nas áreas mais vulneráveis das nossas cidades - a cidade informal - enquanto reflete sobre como proteger aqueles que são mais fortemente afetados pelas consequências das alterações climáticas. Também fornece novas lentes para analisar o risco e conceber soluções baseadas na natureza em assentamentos urbanos precários, informais, populares e vulneráveis para tornar a cidade informal mais resistente às pressões climáticas que virão nas próximas décadas.</p> <p><i>[vínculo com o Componente 1 e 2 da operação e com os objetivos transversais de sustentabilidade e mudanças climáticas da operação]</i></p>	Concluído	Link
Gênero e cidades: guia prático e interseccional para cidades mais inclusivas	<p>O guia visa abrir um espaço de reflexão sobre as perspectivas feministas e interseccionais na concepção e gestão das cidades no Brasil. Aborda planejamento urbano e habitação através da integração de diferentes características dos usuários e moradores, como gênero, raça, orientação sexual, idade e condição física.</p> <p><i>[vínculo com os objetivos transversais de gênero e diversidade da operação]</i></p>	Concluído	Link
As desigualdades de gênero nas cidades	<p>A publicação aborda os desafios relacionados ao gênero no planejamento e governança urbanos a partir de três perspectivas principais em relação ao acesso das mulheres ao espaço e aos recursos da cidade: serviços, acessibilidade política e econômica.</p> <p><i>[vínculo com os objetivos transversais de gênero e diversidade da operação]</i></p>	Concluído	Link

Estudos	Descrição	Estado	Referência digital
Cidades como espaços de oportunidades para todos: construindo espaços públicos para pessoas com deficiência, criança e idosos	A monografia visa promover práticas de planejamento urbano que podem contribuir efetivamente para permitir que pessoas com deficiência, crianças e idosos tenham acesso às oportunidades de trabalho, socialização e diversão que as cidades oferecem. <i>[vínculo com os objetivos transversais de gênero e diversidade da operação]</i>	Concluído	Link
Big Data para o desenvolvimento urbano sustentável – criando políticas públicas urbanas baseadas em evidências	Essa publicação aborda alguns estudos preliminares do Projeto “Big Data para o Desenvolvimento Urbano Sustentável” conduzido pela Fundação Getulio Vargas em parceria com o BID, com as cidades de Miraflores (Peru), Montevidéu (Uruguai), Quito (Equador), São Paulo (Brasil) e Xalapa (México) e com o apoio do aplicativo Waze. <i>[vínculo com o Componente 3 da operação]</i>	Concluído	Link
Big Data urbana: uma guia estratégica para cidades	Esta nota técnica fornece orientações para diferentes municípios para melhorar a sua governação através de grandes dados urbanos, que definimos como o conjunto de informações sobre bens, recursos e atividades dentro das cidades. <i>[vínculo com o Componente 3 da operação]</i>	Concluído	Link
Experiência de parques lineares no Brasil: espaços multifuncionais com o potencial de oferecer alternativas a problemas de drenagem e águas urbanas	Este documento oferece uma análise do conceito de parques lineares, partindo de uma revisão da literatura e de pesquisas de campo em projetos finalizados ou em andamento, além de resgatar elementos-chave de algumas experiências internacionais e identificar aspectos relevantes de contexto, concepção, gestão e manejo de projetos de parques lineares em três cidades brasileiras. <i>[vínculo com o Componente 2 da operação]</i>	Concluído	Link
Estudos a serem desenvolvidos			
Análise de Viabilidade econômica, resultados e impactos do Programa	Avaliação econômica <i>ex-ante</i> do Programa e Plano de avaliação e monitoramento do Programa	A contratar, TDR a elaborar	Não se aplica
Viabilidade da execução do projeto	Estudo técnico e operacional de detalhamento da execução e ROP	A contratar, TDR a elaborar	Não se aplica
Análise Institucional	Avaliação da capacidade institucional da Prefeitura do Recife como organismo executor. A avaliação é realizada por meio da metodologia PACI (Plataforma de Análise da Capacidade Institucional), que é uma ferramenta que ajuda a obter informação para executar um projeto financiado pelo BID.	A contratar, TDR a elaborar	Não se aplica

Estudos	Descrição	Estado	Referência digital
Avaliação ambiental e social e Plano de gestão ambiental e social	Estudo de Avaliação Ambiental e Social (AAS) e o Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS) das obras da Amostra representativa do Programa, de acordo com o escopo estabelecido no PDAS 1 e a hierarquia de identificação, avaliação e mitigação estabelecida no PSS 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8 e 9.	Em processo de contratação	Não se aplica
Plano Executivo de Reassentamento da Amostra Representativa e Plano de Ação da Amostra Representativa	Documento de definição operacional da aplicação da política de reassentamento para a área definida como integrante da amostra do programa; do acordo a escopo estabelecido nas PDAS 1 e PDAS 5.	Em processo de contratação	Não se aplica
Marco de Reassentamento Involuntário e Estrutura do Reassentamento	Documento de diretrizes gerais da política de aquisição de terras e reassentamento; de acordo com o escopo estabelecido nas PDAS 1 e PDAS 5.	Em processo de contratação	Não se aplica
Sistema de gestão ambiental e social específico para o Programa	O SGAS específico pelo Programa deve conter os seguintes elementos: (i) estrutura específica ao programa ambiental e social, (ii) identificação de riscos e impactos, (iii) programas de gestão, (iv) capacidade e competência organizacional, (v) preparação e resposta a emergências, (vi) participação das partes interessadas e (vii) monitoramento e avaliação.	Em processo de contratação	Não se aplica
Análise técnica dos projetos da amostra	Revisão dos projetos técnicos da amostra.	A contratar, TDR a elaborar	Não se aplica
Diagnóstico e proposta para a inclusão do tema de gênero e diversidade	O diagnóstico busca identificar o contexto atual da cidade do Recife com os temas de gênero e diversidade e os potenciais a serem explorados dentro do Programa para o fortalecimento das estratégias de inclusão dos temas de gênero e diversidade.	A contratar, TDR a elaborar	Não se aplica
Diagnóstico e estratégias para o tema de mudanças climáticas e desastres naturais	O diagnóstico visa analisar as estratégias atuais da Prefeitura do Recife de enfrentamento das mudanças climáticas e desastres naturais a fim de fortalecer a gestão e monitoramento e implementar ações de adaptação.	A contratar, TDR a elaborar	Não se aplica
Plano de desenvolvimento socioeconômico	O plano de desenvolvimento socioeconômico busca a valorização dos espaços urbanos; a melhoria do atendimento social e oferecimento de condições para o empoderamento da população vulnerável; e a revitalização das economias nas áreas do Programa.	A contratar, TDR a elaborar	Não se aplica

CONFIDENCIAL

¹ La información contenida en este Anexo es de carácter deliberativo, y por lo tanto confidencial, de conformidad con la excepción relativa a "Información Deliberativa" contemplada en el párrafo 4.1 (g) de la "Política de Acceso al Información" del Banco (Documento GN-1831-28).